



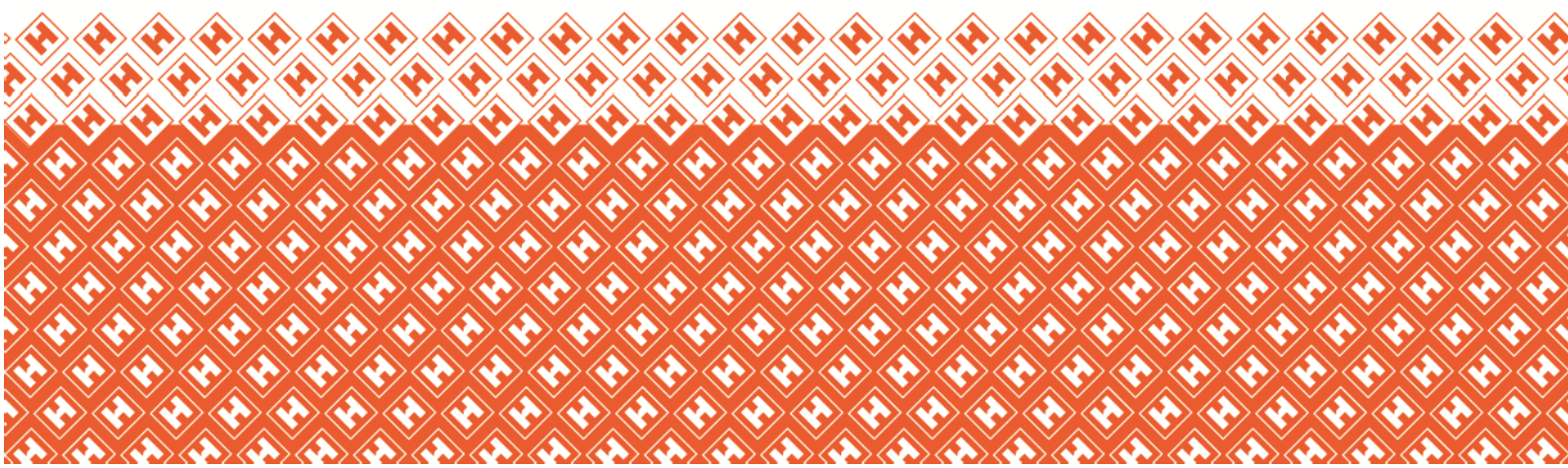
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA

JOÃO VINICIUS MARQUES GAIA

# **O QUILOMBO MEL DA PEDREIRA NA SALA DE AULA: CADERNO PEDAGÓGICO PARA ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA QUILOMBOLA**

MACAPÁ - AP

2023



JOÃO VINICIUS MARQUES GAIA

# **O QUILOMBO MEL DA PEDREIRA NA SALA DE AULA: CADERNO PEDAGÓGICO PARA ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA QUILOMBOLA**

Trabalho de Conclusão de Mestrado apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Amapá, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

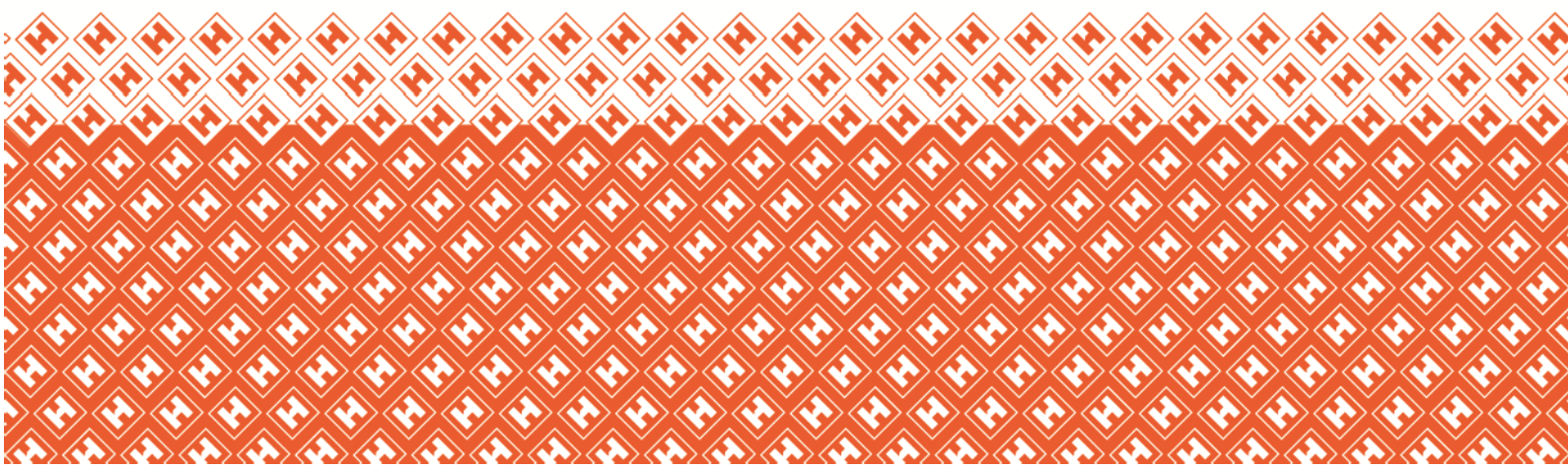
Área de concentração: Ensino de História

Linha de pesquisa: Saberes Históricos no Espaço Escolar

Orientador: Prof. Dr. David Junior de Souza Silva

MACAPÁ - AP

2023



JOÃO VINICIUS MARQUES GAIA

**O QUILOMBO MEL DA PEDREIRA NA SALA DE AULA: CADERNO  
PEDAGÓGICO PARA ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA QUILOMBOLA**

Data da Aprovação: 20/12/2022

**Banca Examinadora**

Prof. Dr.: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. David Junior de Souza Silva - Orientador (PROFHISTÓRIA-UNIFAP)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>: \_\_\_\_\_

Prof<sup>o</sup> Dr. Marcos Vinicius de Freitas Reis - UNIFAP (Membro Externo)

Prof. Dr.: \_\_\_\_\_

Prof<sup>o</sup> Dr. Raimundo Erundino Diniz - Membro Titular (PROFHISTÓRIA-UNIFAP)

Prof. Dr.: \_\_\_\_\_

Prof<sup>o</sup> Dr.<sup>a</sup>. Teresa Almeida Cruz - Membro Titular (PROFHISTÓRIA-UFAC)

MACAPÁ – AP

2022

## **AGRADECIMENTOS**

A caminhada até aqui foi longa e possível apenas pela ajuda de mais pessoas do que eu seria capaz de citar.

Agradeço a Deus pelo dom da vida. Essa que é uma frase tão batida ganha força depois do que vivemos nos últimos dois anos. A Ele toda glória e honra pelos séculos e séculos, amém.

Agradeço à minha turma do ProfHistória 2019 pelas experiências trocadas e incentivos no momento de fraqueza.

Ao meu primeiro orientador, Dr. Marcos Vinicius Freitas, que com muita paciência conduziu e orientou os primeiros passos deste trabalho. Obrigado por sua compreensão e apoio que me permitiram continuar nessa jornada.

Ao professor Dr. David Silva, que muito me honrou ao aceitar continuar minha orientação. Suas dicas e sugestões, bem como sua tranquilidade, foram importantes para acalmar a ansiedade dos momentos decisivos.

Agradeço a todos meus professores, no nome da professora Cecília, cuja intervenção na hora certa injetou novo ânimo ao projeto.

Agradeço aos meus alunos que com paciência me aguentam dia após dia e que fizeram de mim o professor que sou hoje. Sei que com eles tenho mais aprendido que ensinado.

Agradeço à direção e à coordenação da E.E.T.I. Lucimar Amoras del Castillo pela compreensão e apoio diante a necessidade de um horário de trabalho adaptado para que eu pudesse cumprir os compromissos com a academia.

Agradeço à minha família, a base e sustentação que não me deixou desistir. À minha mãe, Leula Gaia, que com seu cuidado, sua cobrança, torcida e, principalmente, orações, tornou possível a conclusão deste trabalho. À minha irmã, companheira de todas as horas – sua presença ao meu lado é mais importante do que possas imaginar.

À minha amada esposa – sua alegria e leveza tornaram os dias mais fáceis e agradáveis, e seu conforto não me permitiu parar.

Muito obrigado a todos vocês. Que Deus os abençoe e guarde.

Somente glória a Deus.

## RESUMO

Cadernos Pedagógicos são materiais didáticos que auxiliam os professores na tarefa de elaboração de aulas. Este trabalho propôs a confecção de um caderno pedagógico de ensino de história baseado nos modos de vida da comunidade remanescente de quilombo Mel da Pedreira, no município de Macapá, atendendo as demandas expressas na Lei 10.639/2003 e nas Diretrizes Nacionais para Educação Étnico-Racial. Um dos pontos que geralmente são indicados como dificultadores da implementação do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira é a carência de material para uso em sala de aula. Ao propormos a elaboração de um caderno pedagógico, visamos disponibilizar ao professor recursos que possam auxiliá-lo em sala, tais como textos de apoio, mapas da região, fotos da localidade e letras de hinos compostos pelos próprios moradores para uso na igreja local. Dessa forma, o produto auxiliará o aluno no desenvolvimento das habilidades e competências previstas pela Base Comum Curricular (BNCC) para o componente curricular de História.

**Palavras Chaves:** Quilombo. Ensino de história. Caderno pedagógico. Mel da Pedreira.

## ABSTRACT

Pedagogical Notebooks are didactic materials that help teachers in the task of preparing lessons. This work proposed the making of a pedagogical history teaching notebook based on the ways of life of the remaining quilombo community of Mel da Pedreira, in the municipality of Macapá, meeting the demands expressed in Law 10.639/2003 and in the National Guidelines for Ethnic-Racial Education . One of the points that are generally indicated as hindering the implementation of the teaching of African and Afro-Brazilian history and culture is the lack of material for use in the classroom. By proposing the elaboration of a pedagogical notebook, we aim to provide the teacher with resources that can help him in the classroom, such as support texts, maps of the region, photos of the locality and lyrics of hymns composed by the residents themselves for use in the local church. In this way, the product will help the student in the development of skills and competences provided by the Common Curricular Base (BNCC) for the curricular component of History.

**Keywords:** Quilombo. History teaching. Pedagogical notebook. Quarry Honey.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>2 CAPÍTULO 1 - O MEL DA PEDREIRA SOB A PERSPECTIVA DO ENSINO DE HISTÓRIA E DA LEI 10.639/03</b>	<b>16</b>
<b>3 CAPÍTULO 2 – O QUILOMBO DO MEL DA PEDREIRA EM FOCO</b>	<b>25</b>
3.1 BIBLIOGRAFIA SOBRE A COMUNIDADE QUILOMBOLA MEL DA PEDREIRA	25
3.2 ASPECTOS GERAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA MEL DA PEDREIRA	27
3.3 QUILOMBOS E OUTRAS QUESTÕES	35
<b>4 CAPÍTULO 3 - CADERNO PEDAGÓGICO SOBRE O MEL DA PEDREIRA</b>	<b>40</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>45</b>
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>47</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação do ProfHistória/UNIFAP propõe a elaboração de um caderno pedagógico para o ensino de história afro-brasileira, especialmente afroamapaense, a partir do Quilombo Mel da Pedreira.

Ao longo do período colonial e durante os primeiros anos de sua independência, o Brasil se constituiu o principal destino do tráfico escravo, recebendo em seus portos milhões de africanos que, em muitos casos, foram despojados de seus idiomas, cantos e religiões.

Segundo dados do site Slave Voyage<sup>1</sup>, que reúne informações sobre o comércio de escravizados, entre o século XVI e XIX desembarcaram em portos brasileiros em torno de 5 milhões de africanos, constituindo metade do contingente de escravizados que aportaram nas Américas. Sendo que deste quantitativo, quase 2 milhões chegaram ao país em um período de apenas 50 anos, entre 1801 e 1850.

Somente na Amazônia brasileira, teriam desembarcado cerca de 142 mil africanos, número bem reduzido em relação a outros portos nacionais, que se constitui, porém, um montante expressivo, sendo mais do que o recebido por alguns outros portos coloniais.

Os quilombos emergem não apenas como abrigos a fugitivos desse sistema escravista, mas, sobretudo, como lugar de resistência, onde a cultura africana se faz notar mais forte.

Nestes espaços, se desenvolveram costumes e práticas próprios, manifestando traços da religiosidade portuguesa, mas que revelam, sobretudo, a ancestralidade africana e a forte influência indígena, tanto na religião como nas atividades cotidianas. Faz-se necessário conhecer essas comunidades para combater a invisibilização destas e valorizar suas contribuições na formação de nosso país e nossa cultura.

No Amapá, segundo dados do censo demográfico realizado em 2010, a população negra (pretos e pardos) corresponde a cerca de 74% da população do estado (IBGE, 2010). Esta população negra vive no campo e na floresta, em comunidades negras, quilombos, comunidades extrativistas e na cidade. Boa parte da população urbana vem dessas comunidades negras do campo e floresta e guarda relações de parentesco e circula entre os dois territórios. Deste modo, é imprescindível para o ensino de história no Amapá tratar da história afroamapaense.

---

<sup>1</sup> Conforme descrito no próprio site, o Slave Voyage é um Banco de Dados do Tráfico de Escravos Transatlântico sendo o resultado de várias décadas de pesquisas independentes e colaborativas, com base em dados encontrados em bibliotecas e arquivos de todo o mundo atlântico. O website Viagens é o produto de dois anos de trabalho de uma equipe multidisciplinar de historiadores, bibliotecários, especialistas em currículo, cartógrafos, programadores de computador e web designers, em consulta com estudiosos do tráfico de escravos de universidades da Europa, África, América do Sul e América do Norte.

Segundo o Decreto 4.887/03, legislação federal que estabelece as normas para o reconhecimento, identificação e titulação de terras ocupadas por remanescentes quilombolas, estas comunidades são formadas a partir de “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”, cabendo à Fundação Cultural Palmares (FCP) a emissão da certificação reconhecendo a legitimidade da autodeclaração dessas comunidades.

Segundo registros da FCP, há no Amapá 44 comunidades certificadas como remanescentes de quilombo, porém, de acordo com os dados do INCRA, apenas três já foram devidamente tituladas: Conceição do Macacoari, Mel da Pedreira e São Raimundo do Pirativa (Quadro 1).

Quadro 1 – Quilombos com terras tituladas no Amapá

Quilombos no Amapá com Terras Tituladas			
Quilombo	Município	Ano de Abertura do Processo	Etapa
Conceição do Macacoari	Macapá	2005	Titulado
Mel da Pedreira	Macapá	2004	Titulado
São Raimundo do Pirativa	Santana	2007	Titulado

Fonte: Incra, 2019

Tendo sido uma das primeiras comunidades remanescentes de quilombolas amapaenses a ser reconhecida, o Mel da Pedreira possui uma trajetória peculiar que o diferencia das demais comunidades quilombolas do Amapá, da Amazônia e mesmo do Brasil: a comunidade Mel da Pedreira se constitui como um quilombo de religiosidade protestante, tendo se convertido ao presbiterianismo no ano de 1968.

O fato de ser um quilombo protestante torna o Mel um caso *sui generis* e levanta questões referentes a como se relaciona a fé evangélica com as tradições africanas, pois, segundo Marco Davi de Oliveira (2015), muitas igrejas evangélicas percebem como demoníaco aquilo que tem origem africana.

Em vista à complexidade identitária do quilombo do Mel, levanta-se o problema de como tratar as especificidades da comunidade no ensino de história de acordo com a Lei 10.639/2003, respeitando sua identidade religiosa protestante e ao mesmo tempo retomando e valorizando suas heranças africanas.

Nossa aproximação com o quilombo do Mel da Pedreira se dá por sermos membro da Igreja Presbiteriana de Macapá, e desde cedo sabermos da existência dessa igreja no interior do estado, indo inclusive acompanhar trabalhos eclesiais no quilombo. A compreensão do significado de sua existência, no entanto, veio a partir do amadurecimento acadêmico advindo do curso de história licenciatura da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), em especial na disciplina de História e Historiografia Africana, disciplina esta recém-implantada e que buscava atender à demanda da Lei 10.639/03, conforme expresso na resolução CNE/CP 01/2004.

Durante as aulas, foi-nos proposto organizar um seminário sobre cultura negra e que contasse com a participação de diversos setores da militância negra do estado. Nesta ocasião, fomos apresentados com um livro que abordava as comunidades quilombolas do Amapá e nele nos surpreendemos ao encontrar membros daquela pequena igreja presbiteriana se apresentado como quilombolas. Constatar que a própria denominação religiosa à qual a igreja da comunidade do Mel se filiava não percebia a importância desta ser reconhecida como quilombo nos fez perceber que um dia voltaríamos ao tema, para nos aplicar a compreender melhor a identidade daquela igreja e daquela comunidade.

Já formado e atuando no ensino básico da rede estadual em Macapá, identificamos certa dificuldade na abordagem de temas referentes à experiência africana no Brasil, pois como esta era retratada, quase exclusivamente, no contexto da escravidão, parecia que estávamos, na realidade, reafirmando estigmas e preconceitos ao invés de combatê-los.

Essa deficiência em nosso sistema educacional, que invisibiliza as contribuições negras para a formação cultural do Brasil, é denunciada por Silvio de Almeida:

A escola reforça todas essas percepções ao apresentar um mundo em que negros e negras não têm muitas contribuições importantes para a história, literatura, ciência e afins, resumindo-se a comemorar a própria libertação graças à bondade de brancos conscientes (ALMEIDA, 2019, p.41-42).

Para transformar esse quadro e combater o racismo enraizado em nossa cultura, faz-se necessário a criação de materiais didáticos que valorizem a presença africana na história do nosso país, bem como na sua formação cultural e social, cumprindo, desta forma, o estabelecido pela Lei 10.639/2003.

Assim, verificamos ser oportuno abordarmos o tema neste trabalho, pois em tempos de retrocessos sociais, como tem sido experimentado pelo Brasil desde 2016, a necessidade de problematizar as questões atreladas à pauta étnico-racial ganha ainda maior importância. Os noticiários, tanto nacionais quanto internacionais, são tomados de denúncias que relatam as dificuldades experimentadas pela população negra nas Américas; os movimentos negros

lutam para defender suas conquistas recentes, a exemplo das cotas universitárias, enquanto intelectuais negros reivindicam seus espaços nos debates públicos para difundir a compreensão de como se dá o processo de racismo típico do Brasil.

Sendo que nossa função, como historiadores, é olhar o passado em busca de respostas para as inquietações do mundo presente, e embora vivamos em uma época onde a história seja por vezes encarada como apenas uma narrativa possível dos fatos ocorridos, ou como discurso em litígio (JEKINS, 2001, p.43), acreditamos em seu valor como agente para a transformação social. March Bloch, em seu célebre *Apologia da História*, reflete sobre isso:

Uma ciência nos parecerá sempre ter algo de incompleto se não nos ajudar, cedo ou tarde, a viver melhor. Em particular, como não experimentar com mais força esse sentimento em relação à história, ainda mais claramente predestinada [...] a trabalhar em benefício do próprio homem na medida em que tem o próprio homem e seus atos como material? (BLOCH, 2001, p. 45)

Julgamos, portanto, que a história tem muito a contribuir não apenas para os debates acadêmicos acerca das questões étnico-raciais, mas, sobretudo, para superação de estigmas e de desigualdades que marcam nosso país desde suas origens.

Desta forma, o quilombo do Mel da Pedreira se torna um interessante objeto de estudo. Segundo Elivaldo Serrão Custódio (2017), a comunidade surgiu nos anos 1950 a partir do núcleo familiar de Bráulio e Auta Ramos, que compraram e se estabeleceram nas terras que hoje formam o quilombo. O casal manifestava uma religiosidade afroindígena tipicamente amazônica, sendo seu Bráulio, inclusive, renomado pajé na região. Contudo, no ano de 1968, a comunidade experimentou a conversão ao protestantismo, se ligando à igreja Presbiteriana de Macapá.

O conceito de afroindígena nos ajuda a compreender a complexidade da identidade do sujeito amazônico, habitante de comunidades rurais que mantém relação estreita com a natureza, e que são conhecidos por termos que ocultam suas origens étnico-raciais, tais como caboclo e ribeirinho. Assim, Pacheco afirma que estes

tem sua árvore genealógica erigida pelas matrizes africanas e indígenas, podendo assumir, entre suas muitas identidades, também a de afroindígenas, já que, formaram-se culturalmente nos códigos afroindígenas que sustentam o tecido histórico-social da região (PACHECO, 2012a, p. 200).

O termo afroindígena carrega consigo também um sentido de resistência, visto que estas comunidades se hibridizaram num processo de luta contra a dominação colonial (PACHECO, 2012b, p. 03).

Esse processo de conversão acarretou no abandono de práticas religiosas antigas, consideradas impróprias pela fé protestante, porém permitiu o surgimento do que, segundo

Elivaldo Custódio, poderíamos chamar de afroprotestantismo (2017). Este termo, que deriva da ideia de afroindígena desenvolvido por Agenor Sarraf Pacheco, denota combinação entre fé protestante e comunidade afroindígena, tradicional na Amazônia.

Todavia, julgamos que o termo afroprotestantismo pode acarretar o ocultamento das origens étnicas do quilombo do Mel, razão pela qual propomos o uso de afroindigenismo protestante.

Desta maneira, avaliamos que um protestantismo, tradicionalmente hostil à cultura afro-brasileira, mas que se adapta à religiosidade de uma comunidade negra, nos oferece insights para pensarmos em como lidar com o problema da discriminação religiosa, bem como nos permite observar os conflitos que a fé evangélica traz em relação à religiosidade afroindígena, típica da Amazônia.

Além da questão religiosa, destacamos também o processo de reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo e sua regularização fundiária. Ana Kelly Vasconcelos Sousa (2014, p.21) afirma que a identificação como quilombo veio a partir da sugestão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pois este é o primeiro passo para iniciar a demarcação do território e a regularização das terras. A autoidentificação como quilombolas favoreceu a valorização da cultura e da herança negra na comunidade. O Marabaixo, ritmo musical típico das comunidades negras do Amapá, que canta o dia a dia do povo, voltou a ser tocado e passou inclusive a integrar os louvores na igreja (SOUSA, 2014, p.48).

Desta forma, o Mel da Pedreira tem chamado a atenção de alguns pesquisadores que buscam compreender melhor as singularidades da comunidade em seus diversos aspectos: sociais, culturais, territoriais, e mesmo psicológico e musical (o marabaixo).

Assim sendo, optamos por confeccionar um caderno pedagógico, pois este fornece subsídios para o professor desenvolver aulas de forma diferenciada e que atendam às diretrizes curriculares vigentes. Mantemos em mente que tais cadernos são

Políticas curriculares, produções constituídas por ações, sempre parciais e provisórias, buscando a negociação de sentidos em disputas para tornarem-se hegemônicas. São produções discursivas dependentes do contexto [...] em que ocorrem e para qual se destinam (BRITO, GIGANTE, SILVA, 2014).

Desta forma, o professor deverá se apropriar dos cadernos pedagógicos de forma crítica, cuidando de fazer as adequações necessárias à aplicação das aulas em cada turma.

Nosso caderno pedagógico será voltado para o Ensino Médio, tomando por base a Lei 10.639/03 e as Diretrizes de Educação Étnico Racial, que visa contribuir para a retomada e a valorização das tradições de origens africanas e se constitui como uma das mais importantes

políticas educacionais no país, e que ganha ainda maior importância em um contexto onde até mesmo as maiores autoridades da República negam a existência de racismo no Brasil. Ela é fruto das reivindicações dos movimentos negros brasileiros que, inspirados na luta dos negros nos Estados Unidos em prol de políticas públicas afirmativas, buscaram medidas mais concretas de combate ao racismo no país (BERNADO, FIGUEIREDO, MACIEL, 2017, p.15).

Tendo em vista que a BNCC do Ensino Médio traz como competência específica a ser desenvolvida na área de ciências humanas a análise de “processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos” (BNCC, p.558), abordaremos os conteúdos de história da perspectiva local para assim, “identificar a dinâmica do lugar, as transformações do espaço, e articular esse processo às relações externas, a outros ‘lugares’.” (BITTENCOURT, 2018, p.150).

Visando a capacidade de relacionar processos locais a processos externos que a história local nos oferece, recorreremos a Stuart Hall, que contribui com nosso trabalho ao refletir sobre a formação de culturas híbridas e como estas têm se deslocado da centralidade do estado nacional, e onde se percebe tanto aspectos do local quanto do global, se constituindo como uma das principais formadoras de identidades na pós-modernidade (HALL, 2006, p. 89).

Ao selecionar conteúdos de história baseado nas experiências quilombolas, somos levados também a discutir o racismo impregnado na cultura e sociedade brasileira. Ao abordarmos o problema do racismo em sala de aula, colocamos em xeque a compreensão de que vivemos em uma democracia racial, sendo este um dos mais caros mitos a formar a identidade nacional brasileira. Segundo Kabenguele Munanga, esta concepção se baseia na mestiçagem biológica e cultural entre europeus, africanos e indígenas (2019, p.83), o que se torna problemático, pois assim:

Exalta a ideia de convivência harmoniosa entre indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos *sutis mecanismos de exclusão* da qual são vítimas nas sociedades (MUNANGA, 2019, p. 83) [Grifo Nosso]

No intento de dar o devido espaço às contribuições africanas para a formação da cultura e sociedade brasileiras, bem como evidenciar os “mecanismos sutis de exclusão”, referidos por Munanga, optamos por trazer para a sala de aula questões envolvendo os quilombos, especificamente a comunidade quilombola Mel da Pedreira, em Macapá. Ademais, pretendemos desta maneira fomentar a consciência histórica dos alunos, pois estes poderiam reconhecer no quilombo aspectos característicos de suas próprias lutas e realidades.

Para a confecção do caderno pedagógico, partimos, como dito acima, dos escritos de Circe Bittencourt (2018, p.144)., que orienta a escolha dos conteúdos a partir da história local e do cotidiano, afirmando que “a associação entre cotidiano e história de vida dos alunos possibilita contextualizar essa vivência em sociedade e articular a história individual a uma história coletiva”. Assim, podemos ir de uma perspectiva micro rumo ao macro, vendo como questões vivenciadas no quilombo Mel da Pedreira se associam também a acontecimentos em âmbito nacional e global.

Quanto ao cotidiano, temos que este é a “organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação” (HELLER, 2008, p. 29). Para a filósofa Agnes Heller, “o que assimila a cotidianidade de sua época assimila também, com isso, o passado da humanidade” (HELLER, 2008, pag.31). Há, deste modo, um movimento de olhar para trás no tempo e enxergar como os modos de vidas das gerações passadas sobrevivem em nosso cotidiano através das tradições (CERRI, 2020, p.13-14). Desse modo, trabalhar o cotidiano na sala possibilita compreender essas tradições da comunidade em que o aluno está inserido, colaborando, assim, na formação de sua identidade e de sua consciência histórica, ao relacionar sua história individual à história coletiva, e o local ao global.

Desta forma, pretendemos fugir do tipo de ensino que Paulo Freire chamava, em tom crítico, de “educação bancária” e manter vivo no aluno o gosto da rebeldia e da criatividade, que aguça a curiosidade e estimula a capacidade de se arriscar e de se aventurar em busca do aprender (FREIRE, 2011, p. 18-19).

Ao longo do tempo, o ensino de história vem sendo trabalhado nas escolas para atender diferentes anseios. Nos tempos imperiais, serviu como agente moralizador, associado à história sagrada, onde santos e heróis se mostravam como exemplos a serem seguidos para se alcançar o desenvolvimento da nação. Já na República, o ensino de história foi usado para forjar certa unidade nacional, mas valorizando sempre um olhar eurocêntrico, destacando como positiva a atuação portuguesa na colonização brasileira e invisibilizando indígenas e africanos.

Embora as discussões historiográficas tenham avançado desde então, o ensino de história no ambiente escolar se mantém em grande medida atrelado a modelos do fim do século XIX e início do XX, como demonstra Elza Nadai, que revela como o currículo de história nas escolas de São Paulo em 1895 muito se assemelhavam aos currículos atuais (NADAI, 1993, p. 147-148).

Ao propormos desenvolver um caderno pedagógico de história baseado no Mel da Pedreira, abordando questões do cotidiano e em consonância com a Lei 10.639/03, buscamos, portanto, desenvolver novas práticas para ensino de história, que rompam com antigos costumes pedagógicos, compromissos com histórias oficiais e epistemologias eurocêntricas, e que tornem as aulas mais relevantes para a vida do estudante.

Nosso trabalho se estrutura em três capítulos. No primeiro capítulo, trataremos sobre os conceitos de identidade que norteiam o presente trabalho e discutiremos acerca de alguns marcos legais, a exemplo da Lei 10.639/03.

No segundo capítulo, discutiremos acerca da formação da comunidade Mel da Pedreira, bem como seu processo de reconhecimento como área quilombola, procurando relacionar o seu desenvolvimento com temáticas relacionadas à Lei 10.639/03 que possam ser aplicadas em sala de aula. Para melhor compreender a comunidade do Mel, utilizaremos os trabalhos de Ana Kelly Vasconcelos Sousa e Elivaldo Custódio.

O terceiro e último capítulo será dedicado à explicação sobre a proposta que seguimos na elaboração do caderno pedagógico.



## **2 CAPÍTULO 1 - O MEL DA PEDREIRA SOB A PERSPECTIVA DO ENSINO DE HISTÓRIA E DA LEI 10.639/03**

A história do ensino de história no Brasil pode ser remontada desde as antigas escolas jesuítas (FONSECA, 2017, p.43). Embora nesse tempo o que fosse ensinado não pudesse ser considerado história, nos termos que compreendemos a disciplina hoje, ali estava presente a ideia de buscar no passado lições importantes para vida, conforme expresso pela noção de história como mestre da vida.

Nas escolas catequéticas dos jesuítas, a história possuía, então, um caráter moralizante. Tinha a função de instruir os jovens a partir dos exemplos deixados pelos autores da antiguidade e pelos santos católicos – seguia, portanto, uma perspectiva cristã. Sendo o cristianismo uma religião de historiador, como afirmava Marc Bloch (2001, p.42), não causa estranheza que sua concepção de história tenha prevalecido sobre os currículos escolares brasileiros mesmo após o estabelecimento da laicidade do Estado, à época da instalação da República no país (FONSECA, 2017, p.55).

Contudo, um currículo que oriente a estruturação de seus conteúdos com base na religião trazida pelos colonizadores, promove, também, a visão de mundo destes colonizadores como superior, o que entra em choque com as tentativas de trazer mais equidade entre as forças culturais que formam a sociedade brasileira.

Já não é, hoje, aceitável um currículo que expressa uma concepção de história fortemente eurocêntrica e que não abra espaço para outras percepções culturais, como as de origem africana ou indígena – antes, se busca valorizar o multiculturalismo existente no Brasil.

Essa mudança de perspectiva já não é recente, pois, segundo Hebe de Mattos, desde o final nos anos de 1990, noções sobre diversidade cultural, identidade e relações étnico-raciais começaram a aparecer na legislação educacional brasileira, com destaque para os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que foram os responsáveis por levar a preocupação com a diversidade cultural à sala de aula (MATTOS, 2008, p.6).

Apesar destes agirem em prol da desmitificação da ideologia racial, ideia presente há logo tempo nos livros didáticos e que afirma ser o brasileiro resultado da mistura pacífica entre indígenas, africanos e europeus, se mostraram pouco efetivos para combater a desigualdade racial por possuir um caráter universalista e estarem dissociados das estratégias de combate ao racismo (BERNADO, FIGUEIREDO, MACIEL, 2017, p.15).

No entanto, como fruto da articulação dos movimentos negros e de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em 2001, na ocasião da 3ª Conferência Mundial contra o

Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e realizada em Durban, na África do Sul, o Brasil enfrentou transformações profundas na maneira de lidar com as questões étnicas e raciais.

A conferência de 2001, em Durban, estabelecia que a dificuldade no combate à discriminação e à desigualdade racial se deviam à falta de vontade política, à legislação deficiente e à ausência de estratégias de implementação de medidas concretas, e apontava a educação como um dos elementos essenciais para se alcançar a igualdade, como expresso nos seguintes artigos:

95. Reconhecemos que a educação em todos os níveis e em todas as idades, inclusive dentro da família, em particular, a educação em direitos humanos, é a chave para a mudança de atitudes e comportamentos baseados no racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata e para a promoção da tolerância e do respeito à diversidade nas sociedades; [...]

97. Enfatizamos os vínculos entre o direito à educação e a luta contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata e o papel essencial da educação, incluindo a educação em direitos humanos, e a educação que reconheça e que respeite a diversidade cultural, especialmente entre as crianças e os jovens na prevenção e na erradicação de todas as formas de intolerância e discriminação (3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, 2001)

Assim, o Brasil estabeleceu uma série de legislações que visavam atender tanto as recomendações da conferência de Durban, quanto responder às reivindicações dos movimentos negros nacionais.

Dentre esse conjunto normativo, destacamos a Lei 10.639/2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana nas escolas públicas e privadas do país, e que impactou mudanças em toda a estrutura educacional, através do parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) número 03/2004 e a resolução número 01/2004, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e que representam um novo período na história do ensino de história no país.

O texto das Diretrizes para Educação das Relações Étnico-Raciais reconhece ser fruto das lutas do movimento negro, e afirma que estas

apontam para a necessidade de diretrizes que orientem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como comprometidos com a de educação de relações étnico-raciais positivas, a que tais conteúdos devem conduzir (BRASIL, 2004. p. 09).

Reconhecer que a implantação de políticas públicas voltadas para a superação da desigualdade racial no país é consequência do empenho de homens e mulheres negros importa diante das tentativas de minimizar o protagonismo de africanos e seus descendentes, observada, por exemplo, na disputa em torno da memória da abolição, haja vista a criação da medalha de Ordem do Mérito Princesa Isabel<sup>2</sup>, que faz homenagem àquela cuja alcunha de “a redentora” oculta a secular resistência negra à escravidão.

Mesmo que a homenagem a uma princesa imperial possa parecer algo de pouca importância, ela representa um retrocesso na compreensão do escravismo no país, pois segundo Martha Abreu e Hebe Mattos,

É preciso levar em consideração, primeiramente, o fortalecimento dos movimentos negros no país, ao longo da década de 1980, e a revisão por eles proposta da memória pública da escravidão e da abolição. À imagem da princesinha branca, libertando por decreto escravos submissos e bem tratados, que durante décadas se difundiu nos livros didáticos brasileiros, passou-se a opor a imagem de um sistema cruel e violento, ao qual o escravo negro resistia, especialmente pela fuga e formação de quilombos (ABREU, MATTOS, 2011, p. 02).

Diante destas disputas públicas sobre a escravidão e dos ataques às políticas de ações afirmativas, é importante enfatizar que, ao instituir a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, nem a Lei 10.639/03 nem as diretrizes objetivam enaltecer a herança africana acima da contribuição de outras culturas que compõe o mosaico cultural brasileiro, antes

propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada (BRASIL, 2004. p. 10).

Portanto, ao cumprir o disposto no texto das diretrizes, corrobora-se para a compreensão, por parte dos discentes, das suas origens e da sua identidade, possibilitando a existência de uma interação respeitosa entre alunos de origem étnica e/ou religiosa distintas.

Embora a educação para relação étnico-racial venha acarretando avanços, mesmo que lentos, sobre o tema nas escolas, levantou a oposição de muitos acadêmicos e jornalistas. Martha de Abreu, Hebe Mattos e Carolina Dantas abordam as disputas que ocorreram em torno das diretrizes e da Lei 10.639/03, disputas essas que transcenderam a academia e se

---

<sup>2</sup> A medalha de Ordem do Mérito Princesa Isabel substituiu, em dezembro de 2022, o Prêmio de Direitos Humanos, criada em 2018. Porém, foi revogada em abril de 2023, sendo substituída pelo Prêmio Luiz Gama de Direitos Humanos. Luiz da Gama foi um advogado e abolicionista, que tendo nascido livre foi escravizado, reconquistou a liberdade por via judicial e auxiliou na libertação de centenas de escravizados. É reconhecido como patrono da Abolição.

espalharam pelos jornais e revelam o temor de setores da sociedade brasileira de que a produção e divulgação daquilo que seria considerado uma visão simplificadora das “identidades raciais, que teria a capacidade de criar no país ódios e conflitos até então inexistentes” (ABREU, DANTAS, MATOS, 2010. p. 28).

As mesmas críticas e temores foram levantadas, em 2012, contra a adoção da lei de cotas raciais<sup>3</sup> para que alunos negros, pardos e indígenas ingressassem em universidades federais, e sobre o qual Kabenguele Munanga se questiona:

Pergunto-me porque alguns estudiosos não tiveram a coragem de dizer claramente que estão contra as cotas para negros por sua postura político-ideológica, em vez de recorrer a argumento-álibi. O objetivo das políticas afirmativas nunca foi, e não é, destruir a mistura brasileira [...]. (MUNANGA, 2019. p. 121).

Enxergamos como uma resposta possível à indagação de Munanga, as palavras de Silvio de Almeida ao explicar como o racismo ocorre no Brasil de forma estrutural:

A manutenção desse poder adquirido depende da capacidade do grupo dominante de institucionalizar seus interesses, impondo a toda sociedade regras, padrões de condutas e modos de racionalidade que tornem “normal” e “natural” o seu domínio (ALMEIDA, 2019. p. 27).

Assim, tanto o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira, quanto o ensino da história e cultura indígena nas escolas do país desafia a atual estrutura social brasileira, e embora seja necessária para alcançar maior equidade e justiça social, ao incentivar o respeito às diferenças, essa sociedade mais justa e igualitária pode (infelizmente) não corresponder ao desejo de todos brasileiros.

A educação para relações étnico-raciais, bem como a Lei 10.639/03, não são restritas ao ensino básico, pois, como afirma John Carth:

A Educação para as Relações Étnico-Raciais é um conjunto de práticas, conceitos, e referenciais implícitos e explícitos que pretende formar no âmbito das instituições de ensino público e particular uma cultura de convivência respeitosa, solidária, humana entre públicos de diferentes origens, pertencimentos étnico-raciais presentes no Brasil e que se encontram nos espaços coletivos de aprendizagem (escolas, faculdades, centros formativos) (CARTH, 2013. p. 01).

Assim, as diretrizes curriculares estenderam o alcance da Lei 10.639/2003 às universidades, o que implicou, por parte destas, na abertura de cursos sobre história africana e afro-brasileira, o que, por sua vez, impactou na produção acadêmica sobre o tema, possibilitando, desta maneira, subsídios para professores do ensino básico atuarem de forma a promover o combate ao racismo e à discriminação racial nas escolas.

---

<sup>3</sup> Lei 12.711/2012.

Ao vermos especificada a contribuição das universidades para aplicação da Lei 10.639/2003, observamos similaridade com o início dos debates sobre multiculturalismo nos EUA, que partiu de críticas aos currículos universitários, como afirma Tomaz Tadeu Silva:

O multiculturalismo originou-se exatamente como uma questão educacional ou curricular. Os grupos culturais subalternos – as mulheres, os negros, e os homens homossexuais – iniciaram forte crítica àquilo que consideravam como cânon literário, estético, e científico do currículo universitário tradicional (SILVA, 2019, p.88).

Pela amplitude alcançada e pelo impacto causado, a Lei 10.639/2003 e a Educação para Relações Étnico-Raciais se constituem como importantes políticas afirmativas, pois buscam dar visibilidade não apenas à diversidade cultural brasileira, mas também às diferenças que há entre os grupos sociais que compõem o país e que estavam ocultos sob o mito da democracia racial. Portanto, atuam no combate ao racismo levando novos valores aos estudantes por agir na “construção de uma imagem positiva da população negra; na inserção da história e memória negra nos livros didáticos e no currículo tradicional; na oposição ao modelo eurocêntrico que funda o currículo oficial, entre outros” (BERNADO, FIGUEIREDO, MACIEL, 2017, p.22).

Convém salientar que, se a abolição da escravidão no Brasil foi marcada pela morosidade do Estado imperial, a República não se mostrou mais célere em combater os males do racismo ocasionado por mais de três séculos de cativeiro, tornando o preconceito racial uma contravenção penal apenas no ano de 1951 (ABREU, DANTAS, MATOS, 2010. p. 23), enquanto que, a ampliação dos debates raciais no Brasil, bem como a promulgação de leis e ações afirmativas que visam promover a igualdade racial no país, ocorreram no contexto de redemocratização do Estado brasileiro, principalmente no início dos anos 2000.

Embora as discussões sobre a diversidade cultural no ensino tenham se dirigido inicialmente a atender demandas dos movimentos negros, seu escopo foi estendido para incluir também a história e cultura dos povos indígenas, pela Lei 11.645/2008, expressando, portanto, a preocupação de refletir sobre a multiculturalidade brasileira de forma ampla.

Assim, para garantir que esse conjunto legislativo seria realmente aplicado no objetivo de combater o racismo e a desigualdade racial através da educação (como pactuado na conferência de Durban), foi elaborado pelo MEC o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais, em 2009. O plano não trouxe acréscimos normativos, porquanto se propunha a orientar Estados e Municípios a proceder com a implantação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 para efetivar a educação para relações étnico-raciais.

De tal forma, a Lei 10.639/2003 resultou na mobilização do sistema de ensino das três esferas da federação e seus respectivos governos, induzindo o desenvolvimento de políticas de reparação e de ação afirmativa em relação às populações afrodescendentes. Por isso constitui-se como um dos mais importantes instrumentos legais para a valorização da herança africana no Brasil.

Porém, apesar dessas iniciativas terem se mostrado exitosas em grande parte, resultando na criação de novos cursos e disciplinas acadêmicas, bem como na produção de pesquisas e materiais pedagógicos (LIMA, 2020), ainda é possível encontrar certos entraves para sua plena implantação. Heldina Fagundes e Berta Cardoso indicam as seguintes razões que limitam a plena execução da Lei 10.639/2003:

1) falta de apoio da gestão escolar; 2) o desinteresse por parte de dirigentes municipais de educação; 3) a falta de conhecimento e a resistência de professores negros e professoras negras, envolvendo a religião ou não; 4) o desconhecimento da história do Brasil e da África; 5) a não valorização da importância da África; 6) a intolerância religiosa; 7) a resistência das famílias, em virtude de suas opções religiosas, contrárias à abordagem de alguns conteúdos culturais, como as religiões ancestrais afro-brasileiras; 8) a insuficiência de materiais didáticos, como publicações para o público jovem e infanto-juvenil; 9) a abordagem do ensino da disciplina História e Cultura Afro-Brasileira nos cursos de Pedagogia; 10) a atuação dos conselhos de educação na fiscalização e observância da Lei 10.639/2003; 11) a formação de professores (FAGUNDES; CARDOSO, 2019, p.68).

Desta forma, se mantém nas salas de aulas certo raciocínio europeizante sobre as diferenças na sociedade brasileira, que é “usado para legitimar e justificar o processo de dominação e desigualdade presente em nossa realidade” (CAMPOS, MORAES, 2018, p.18).

No entanto, embora a insuficiência de materiais didáticos ainda seja apontado como uma dificuldade para a efetivação plena da Lei 10.639/2003, consideramos que o atual mercado editorial brasileiro tem disponibilizado obras que atendem à demanda por material de apoio, tanto para professores como para alunos, muitas vezes sendo disponibilizados nas escolas através do Programa Nacional do Livro Didático<sup>4</sup>. Se professores e alunos têm encontrado dificuldades para acessar essa produção, se faz necessário investigar os porquês dessas dificuldades. Como tal questão foge ao escopo desta pesquisa, limitamo-nos a apontar que tanto a implantação da BNCC e do Novo Ensino Médio como as consequências da

---

<sup>4</sup> O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi unificado com o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e tendo seu escopo ampliado.

pandemia, entre 2020 e 2022, somadas ainda a questões orçamentárias, trouxeram dificuldades às escolas no que se refere a recebimento de novos livros<sup>5</sup>.

Torna-se, portanto, imprescindível lutar para o estabelecimento pleno das políticas educacionais para as relações étnico-raciais, sobretudo em tempos de retrocessos sociais, onde os cortes de verbas limitam a expansão ou a continuidade de pesquisas e atividades acadêmicas, e onde as políticas afirmativas se veem ameaçadas, a própria aprovação da Base Comum Curricular sofre críticas por não romper em definitivo com um currículo de matriz eurocêntrico (CARDOSO, BERTA, 2019, p.65; PIMENTEL, 2019, p.7-11).

Sobre as críticas dirigidas à BNCC, Walbi Pimentel chama atenção para a conjuntura em que sua formulação se deu:

Não se pode deixar de lado o contexto político em que se desenrolavam esses “combates pela História”: desde 2015 tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 867/15 que institui o “Programa Escola sem Partido”, que visa coibir práticas vistas como “ideológicas” de professores que, supostamente, disseminam “doutrinação política e ideológica” em alunos do Ensino Básico. Além de que em 2016, quando da publicação da segunda versão da BNCC, foi o ano em que houve o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff que explicitou os embates que ocorriam entre grupos políticos pela ascensão ao poder (PIMENTEL, 2019, p. 11).

Os grupos políticos que buscavam ascensão ao poder, e que hoje o detêm, são ligados a setores mais conservadores da sociedade brasileira, os mesmo que rejeitaram a primeira versão para BNCC de história, que rompia com a lógica eurocêntrica da história quadripartite<sup>6</sup>, e que são também críticos às políticas afirmativas para uma educação que combata as desigualdades raciais no país.

Esta reação conservadora às reivindicações de grupos minoritários historicamente excluídos, e as próprias reivindicações desses grupos, compõem disputas e embates típicos do que tem sido chamado de pós-modernidade, revelando o conflito identificado por Stuart Hall, quando diz que “frequentemente esse mesmo retorno ao passado oculta uma luta para mobilizar as ‘pessoas’ para que purifiquem suas fileiras, para que expulsem os ‘outros’ que ameaçam sua identidade” (HALL, 2006, p.56). Esta identidade é a “nacional”, e o retorno ao passado é o que chamamos de reação conservadora.

O desejo de valorizar outras perspectivas culturais que não a oficial propagada pelo Estado e seus agentes, surge na esteira das mudanças ocasionados pelo “descentramento da

---

5

<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/ano-letivo-corre-o-risco-de-comecar-sem-livro-nas-salas-de-aula/>. Acessado em: 22/04/2023.

<sup>6</sup> Divisão clássica da história em quatro eras distintas, de acordo com a experiência europeia: Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea. A Pré-história era entendida como uma época sem história devido a ausências de materiais escritos que documentassem o período.

identidade moderna” (HALL, 2006, p.6). Os indivíduos não mais sustentam uma identificação una, mas recorrem a diferentes alternativas para dar conta de explicar seu local social. A questão étnico-racial se constitui uma dessas alternativas, e tem levado o movimento negro a lutar por mais visibilidade e reconhecimento, como expresso por Kabenguele Munanga:

Enquanto uma única pessoa continuar a ser caracterizada e discriminada pela cor da pele escura, enquanto uma única pessoa se obstinar, por causa de sua diferença, a lançar sobre outra pessoa um olhar globalizante que a desumaniza ou a desvaloriza, a negritude deverá ser o instrumento de combate para garantir a todos o mesmo direito fundamental de desenvolvimento, a dignidade humana e o respeito das culturas do mundo (MUNANGA, 2019b, p. 20).

De tal modo, para Munanga, embora falar de negro como raça enquanto categoria biológica seja, hoje, de fato um contrassenso científico, o uso do termo permanece válido enquanto uma categoria política (MUNANGA, 2019, p.113).

Todavia, a luta dos movimentos negros por políticas públicas afirmativas de combate ao racismo e à desigualdade racial suscita críticas de setores mais conservadores que afirmam que tal luta, consiste, na verdade, em promover divisão no país, trazendo de volta questões que já teriam sido superadas no passado, reafirmando, de tal maneira, o mito da democracia racial. No Brasil, essa disputa toma forma através das críticas dirigidas às políticas públicas afirmativas de combate ao racismo e à desigualdade racial, conforme já debatido anteriormente.

O mito da democracia racial permaneceu incólume por longos anos e questioná-lo seria pôr em xeque um dos mais caros pilares da identidade nacional brasileira. Porém, o movimento negro e historiadores negros passaram a problematizá-lo, demonstrando as dificuldades vivenciadas pelo negro devido ao racismo persistente no Brasil. A Constituição de 1988 veio reconhecer uma série de direitos reivindicados por movimentos negros, dentre os quais destacamos o direito de titulação das terras de comunidades quilombolas.

Importante para a desmistificação do ideário de democracia racial foi o trabalho do antropólogo Kabenguele Munanga, que contrapõem a ideia de identidade nacional à identidade negra, sendo que esta teria sido afetada pela política de branqueamento que preserva e agrava estigmas existente antes da abolição. A figura do mestiço ocuparia lugar importante nessa identidade nacional, pois mesmo sendo um não branco, carregaria diluídas características fenotípicas africanas e/ou indígenas, tendo, portanto, maiores chances de ascensão social, e encarnado a expectativas de melhoria de vida dos familiares de cor (MUNANGA, 2019, p.89), e solidificando o imaginário de que africanos e indígenas já não mais existiriam no país.



Desta forma, haveria certa desvalorização da cultura e da herança africana na sociedade brasileira que, como fruto do processo colonizador, relega ao esquecimento saberes e práticas das populações locais, surgidas do intercâmbio cultural entre africanos e indígenas, sobretudo em comunidades mais afastadas de grandes centros urbanos.

Homi Bhabha destaca que estas comunidades são silenciadas, mesmo quando representadas na literatura - “é um silêncio que transforma o triunfalismo Imperial no testemunho da confusão colonial; aqueles que ouvem a seu eco perdem suas memórias históricas” (BHABHA, 1998, p. 178).

Assim, para retomar e valorizar as heranças e os saberes dessas comunidades, é necessário revelar os processos pelas quais se deu sua exclusão e silenciamento, e manifestar as

trocas, empréstimos, enfrentamentos, resistências, negociações, sociabilidades, perdas e ganhos, [que] essas populações locais, filhas das múltiplas mesclas indígenas, europeias, africanas, asiáticas, realizaram, por meio de contínuas mediações, traduções de códigos culturais formulados por grupos de contato antes, depois da colonização e nos seguintes tempos contemporâneos (PACHECO, 2012).

De tal modo, a valorização e a retomada das heranças de práticas culturais indígenas e africanas estão no centro do debate acerca das relações étnico-raciais, visto como historicamente estas populações passaram por um processo de destruição de seu patrimônio cultural, sendo-lhes muitas vezes negado o direito a uma identidade própria ao grupo, tendo sido, antes, obrigadas a adotar e ressignificar a cultura do colonizador.

Neste cenário, destacamos a presença das comunidades remanescentes de quilombos que, mesmo tendo, por vezes, origens pós-abolição, carregam vivas suas tradições culturais como símbolo de sua resistência.

### 3 CAPÍTULO 2 – O QUILOMBO DO MEL DA PEDREIRA EM FOCO

#### 3.1 BIBLIOGRAFIA SOBRE A COMUNIDADE QUILOMBOLA MEL DA PEDREIRA

Ainda que não haja uma vasta produção bibliográfica sobre o quilombo do Mel da Pedreira, podemos observar o crescimento do interesse acadêmico pela comunidade ao observamos um aumento de monografias e artigos sobre o tema.

O trabalho de dissertação “O impacto das trocas culturais nas comunidades quilombolas: do tambor à guitarra”, de Sonia Maria da Silva Sacramento, busca compreender como o tambor, importante instrumento musical de matriz africana, teve sua centralidade substituída pela bíblia nos cultos religiosos do Mel, destacando nesse processo as trocas culturais que permitem à comunidade se identificar como quilombola, ainda que tenha se tornado evangélica. Constatamos que por ser um dos trabalhos mais antigos encontrados referente ao Mel da Pedreira, se acha defasado em alguns de seus postulados centrais, visto que o uso do tambor, através do marabaixo, tem sido reintroduzido na comunidade.

Sobre o marabaixo praticado na comunidade do Mel da Pedreira, e que parece ser desconhecido por Sacramento, há a dissertação de Marcos José Martins Araújo, “O Batuque e o Marabaixo Protestante. Panorama Musical do Quilombo Mel Pedreira”, de 2016, que faz uma comparação entre o canto litúrgico protestante do Mel e os cantos de festas tradicionais de outras comunidades quilombolas próximas, traçando um histórico de seu desenvolvimento musical e destacando influências a partir da chegada dos primeiros aparelhos de rádio.

A identidade protestante se destaca nos trabalhos sobre o Mel, e compreender como se deu a passagem das práticas religiosas tradicionais para o protestantismo é o foco da dissertação de Robson Carvalho de Siqueira, “A religião na construção de interfaces da identidade do quilombo Mel da Pedreira no Amapá (um estudo de caso)”, de 2017.

Um dos trabalhos mais interessantes que aborda a comunidade do Mel é a tese de doutoramento de Antônio Maspoli de Araújo Gomes, “‘Melhor que o Mel, só o Céu’: Trauma intergeracional, complexo cultural e resiliência na diáspora africana (um estudo de caso do quilombo do Mel da Pedreira, em Macapá, AP)”, de 2017. Nele, o autor busca compreender como traumas históricos advindos de memórias sobre a escravidão podem afetar o quadro psicológico de quilombolas, e constata a presença de um complexo cultural que acarreta em baixa autoestima e que afeta negativamente a vida da comunidade, contribuindo com o empobrecimento da população.

Os trabalhos que tiveram maior contribuição para compreendermos melhor a comunidade do Mel foram o de Ana Kelly Vasconcelos Sousa e Elivaldo Custódio. Sousa, em

sua dissertação “Mel da Pedreira: um quilombo protestante na Amazônia Brasileira”, contribui bastante para compreensão do processo de estabelecimento da comunidade na região, bem como o seu posterior reconhecimento como quilombolas, ao buscar compreender a formação de sua identidade quilombola/protestantes.

Na tese de doutoramento de Custódio, “Comunidade quilombola do Mel da Pedreira no Amapá: protestantismo como eixo de identidade religiosa”, de 2017, podemos perceber maior compreensão da realidade amazônica e como a identidade religiosa do Mel da Pedreira se encaixa nesta realidade, composta por uma religiosidade afroindígena com forte influência do catolicismo popular, de devoção e festas aos santos.

Identificamos ainda que boa parte das dissertações e teses produzidas sobre o quilombo do Mel da Pedreira foram resultados dos cursos de pós-graduação da Universidade Mackenzie, uma das mais antigas instituições de ensino superior do país e que tem como sua principal mantenedora a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), através do Instituto Presbiteriano Mackenzie.

Das seis teses e dissertações encontradas sobre o Mel da Pedreira, três foram produzidas no âmbito da pós-graduação da Mackenzie, os trabalhos de Sousa, Siqueira e Araújo; enquanto o trabalho de Gomes, apesar de ter sido produzido em outra instituição, contou com a colaboração do Mackpesquisa, fundo de amparo à pesquisa da universidade Mackenzie.

Considerando o fato de que a igreja presbiteriana na comunidade do Mel é filiada à Igreja Presbiteriana do Brasil, podemos observar certo interesse desta universidade em debater temáticas próprias ao quilombo, desenvolvendo ali uma série de atividades. O próprio pastor da comunidade, primeiro pastor quilombola presbiteriano, foi ordenado como iniciativa de um destes trabalhos de extensão.

Portanto, embora não haja nenhum projeto da IPB voltado especificamente para atender as demandas quilombolas, mesmo que sendo através de evangelização, podemos observar certa ambiguidade, visto que a universidade mantida pela instituição religiosa desenvolve trabalhos ali.

Contudo, para bem compreender a comunidade quilombola Mel da Pedreira, não se pode perder de vista que ela faz parte de uma rede de quilombos existente no vale do rio Pedreira. Além do Mel, essa região conta ainda com os quilombos do Ambé, São Pedro dos Bois, Ressaca da Pedreira, Rosa entre outros. Portanto, se faz necessário situar o Mel entre a realidade quilombola amapaense.

O artigo de Eliane Superti e Gutenberg Vilhena da Silva, “Comunidades Quilombolas na Amazônia: construção histórico-geográfica, características socioeconômicas e patrimônio

cultural no Estado do Amapá”, é útil para compreender os modos de vida quilombolas no Amapá, bem como saber onde estes se localizam, a fim de entender as redes de contatos que transparecem nos relatos orais registrados nos trabalhos de Sousa e Custódio.

Indicamos também pesquisas sobre outras comunidades quilombolas, como a dissertação de Roberto Júnior de Almeida Campos, intitulada “Modo de vida e territorialidade quilombola da comunidade Ressaca Pedreira-Amapá”, de 2018; a dissertação de Moisés de Jesus Prazeres dos Santos Bezerra, ““Se eu não fizer o bem, o mal não faço!”: as práticas culturais/religiosas afroindígenas do quilombo do Cria-ú e o currículo de ensino religioso da escola estadual quilombola José Bonifácio”, de 2019; e, por fim, a tese de doutoramento de Raimundo Erudino Santos Diniz, “Quilombo São Pedro dos Bois: memória biocultural subvertida nas lógicas de ocupações recentes do Amapá”, de 2016.

### 3.2 ASPECTOS GERAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA MEL DA PEDREIRA

A comunidade do Mel da Pedreira surge em 1954, quando Antônio Bráulio de Souza e a esposa, Auta Augusta Ramos de Souza, se mudam para o terreno recém-adquirido, ao qual chamaram Ressaca do Mel e onde o casal criou os oito filhos que tiveram, sendo a comunidade, portanto, constituída pelos descendentes de Bráulio e Auta.

O quilombo se localiza a cerca de 40Km de Macapá, acessível a partir de um ramal na BR 210 (Figura 1), tem acesso por canoa, através do lago, à comunidade vizinha de São Pedro dos Bois, e possui 42 famílias residentes, ocupando uma área de 2.199,4570 ha reconhecidos pelo INCRA.

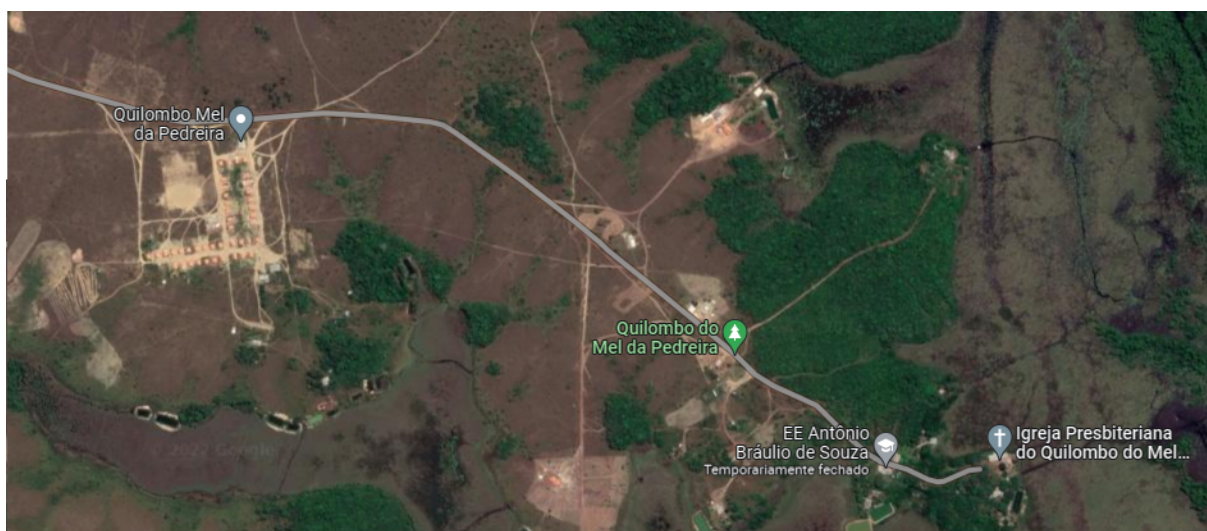
Divide-se em duas partes, a antiga e a nova, sendo que a antiga corresponde à área histórica da comunidade, área que foi adquirida por seu Bráulio na década de 1950 e onde se iniciou a ocupação do território. Essa parte também é conhecida como herança, pois tendo sido uma propriedade particular, cabia legalmente como herança dos descendentes do patriarca, compreende o espaço entre a escola e a igreja presbiteriana à margem do lago (Figura 2).

Figura 1 - Localização do Mel da Pedreira em relação a Macapá.



Fonte: Google Maps, 2022.

Figura 2 - Mapa da comunidade Mel da Pedreira mostrando a área velha e a área nova.



Fonte: Google Maps, 2022.

A parte nova é aquela que lhes foi dada em reconhecimento à sua condição de quilombo, haja visto que toda aquela região era usada para caça e outros fins relativo à continuidade dos modos de vida quilombola. É na parte nova que se concentra a maior parte

da população residente atual, bem como as obras de fruto de investimento público: as casas do programa de habitação rural, o plantio de mandioca e milho em convênio com o Governo do Amapá e o prédio para futura instalação de uma fábrica para envasamento do mel produzido ali.

Quanto ao acesso à saúde, a maior dificuldade deriva de não possuírem nenhum posto de atendimento médico, tendo que se deslocar a comunidades vizinhas, ou à capital, Macapá, em caso de necessidade. A prefeitura, no entanto, envia equipes de saúde em visitas programadas, como a exemplo da vacinação contra o coronavírus, Sars-CoV-2<sup>7</sup>, em 2021.

Há, na comunidade, uma única escola que oferece apenas os anos iniciais do ensino fundamental, o que impacta diretamente nos níveis educacionais do quilombo, mas também na condição de permanência na terra, já que muitos moradores deixam o local em busca de estudos para si, ou para seus filhos.

A economia é baseada na produção agrícola que atende, sobretudo, a demanda local, mas que também é vendida fora da comunidade. Há a criação de animais, produção de mel (Figura 3) e farinha, bem como o plantio de mandioca e hortaliças.

Figura 3 - Mel envasado e produzido no Quilombo Mel da Pedreira.



Fonte: Facebook Quilombo Mel da Pedreira, 2021.

---

<sup>7</sup> Responsável pela pandemia de COVID-19, entre 2020 e 2022.



Figura 4 - Foto da vila de casas construída através do Plano Nacional de Habitação Rural.



Fonte: Facebook Quilombo Mel da Pedreira, 2016.

A comunidade é beneficiária de alguns projetos para o desenvolvimento de áreas quilombolas, como o Programa Nacional de Habitação Rural, parte do Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal, que construiu 92 residências (Figura 4), e o Programa de Produção Integrada de Alimentos (PPI), que visa fornecer apoio a pequenas comunidades para produção de alimentos através de cooperação técnica e investimentos. Através do PPI, o Mel conseguiu aumentar a área de plantio de mandioca, iniciou o plantio de milho, e conseguiu a construção de um espaço para beneficiamento do mel que produzem.

O processo de reconhecimento e de titulação da comunidade do Mel da Pedreira como remanescente de quilombo se iniciou em 2005, quando a presidente do INCRA-AP visitou o local e lhes sugeriu o autorreconhecimento como quilombolas, o que foi acatado, sendo este o primeiro passo do processo para o reconhecimento e titulação das terras. Em seguida, houve a visita dos técnicos do INCRA para elaboração do laudo antropológico.

Durante as pesquisas para a elaboração do laudo, um dos principais pontos identitários da comunidade foi levantado como impeditivo para o prosseguimento do processo: sua conversão à fé protestante e o abandono de práticas típicas da religiosidade africana. Segundo Ana Kelly Sousa (2014, p. 24-25), tal objeção foi derrubada diante da argumentação de um dos filhos de Bráulio e Auta, que afirmou que a mudança de fé ocorre no interior, não mudando o exterior que ainda mantém sua herança africana, sendo direito de cada um

escolher a religião que seguiria. Assim, os antropólogos teriam reconhecido a comunidade como quilombola mantendo aberta a porta para a futura titulação das terras.

Conforme afirmado acima, a fé protestante é um importante componente na identidade comunitária do Mel da Pedreira. De acordo com Elivaldo Custódio (2017, p. 115), a mudança ocorreu em 1968, quando um dos moradores, após passagem por Macapá, se converte na Igreja Presbiteriana e, tendo conseguido permissão de Bráulio, leva o pastor da igreja para realizar um culto na comunidade, que vê seus membros aderindo paulatinamente à nova fé após a conversão de Bráulio. Desde então, ali foi organizada uma congregação presbiteriana (Figura 5) que ficou sob os cuidados dos próprios membros e recebendo assistência de pastores que iam de Macapá ministrar os sacramentos. Hoje, o quilombo conta com uma igreja presbiteriana organizada e bem estruturada, construída de frente para o lago, e também uma congregação menor pertencente à Assembleia de Deus.

A história do Mel da Pedreira, bem como da igreja presbiteriana ali organizada, é apresentada a partir do recolhimento de relatos orais dos moradores mais antigos, em especial seu Alexandre, e seu Biló, respectivamente filho e genro do casal Bráulio e Auta, fundadores da comunidade. Esses relatos foram registrados nos trabalhos de Ana Kelly Vasconcelos Sousa e Elivaldo Serrão Custódio, ambos já citados.

Destacamos aqui que os relatos apresentados são dominados pela perspectiva masculina, demonstrando a estrutura patriarcal em torno da qual se organiza a comunidade. Na Amazônia, bem como predomina também no restante do país, a “base familiar masculina, ou seja, a dominação patriarcal permeia os valores morais e as relações sociais: trabalho, lazer, família, entre outras” (SOARES, 2019, p.65), o que leva ao silenciamento da história das mulheres que ajudaram a construir o quilombo.

Custódio chama a atenção para a dificuldade em acessar relatos sobre a história do Mel da Pedreira por uma perspectiva feminina, afirmando que em “muitos casos não é possível resgatar a história e a atuação das mulheres na edificação das comunidades. Isto não significa que não estiveram presentes ou que não atuaram, mas a história não registrou e/ou não tornou visível essas práticas” (CUSTÓDIO, 2017, p. 139).

Assim, enquanto conseguimos reconstituir parte da trajetória de Antônio Bráulio, o resgate da memória de Auta Augusta ainda aguarda para ser feito.

Sobre o processo de conversão pela qual o Mel da Pedreira passou, seu Biló, como é conhecido o senhor Benedito de Melo Cirilo, foi o primeiro convertido da comunidade, bem como o responsável por levar até ao Mel as atividades evangelísticas que resultariam na conversão do quilombo (SOUSA, 2014, p.36-37). Biló, como o próprio relata a Sousa, nutria



curiosidade em ler a Bíblia, algo que pôde satisfazer na casa de sua mãe que, morando em Macapá, havia ganhado uma de presente. Biló conheceu também uma moça, chamada Estefânia, da igreja presbiteriana de Macapá, que lhe deu explicações sobre questões bíblicas, o que despertou seu interesse em ir a um culto. Tanto seu Biló, como a esposa e um primo aderiram à nova fé após participar do culto, e não tardaram em manifestar o proselitismo característico do protestantismo. Tão logo voltaram ao Mel, onde moravam, anunciaram aos parentes a novidade (SOUSA, 2014, p.36-37)

A comunidade do Mel da Pedreira seguia a liderança espiritual de seu fundador, Seu Antônio Bráulio, reconhecido como importante pajé na região e que realizava serviços e trabalhos espirituais a membros de comunidades vizinhas. A pajelança é típica da religiosidade amazônica que envolve heranças indígenas e africanas, que se conciliam com o catolicismo popular. Tais características foram estudadas por Agenor Sarraf e Evandro Maués, e foram indicadas, para o quilombo do Mel, pelo Elivaldo Custódio. Sobre a religião do caboclo amazônico, Maués afirma:

Essas concepções relativas ao catolicismo popular são comuns aos caboclos e a grande parte dos católicos populares de outras regiões, inclusive dos grandes centros urbanos, há elementos na religião do caboclo amazônico que são mais particulares dessa parcela da população. Essas concepções dizem respeito mais especificamente à pajelança rural ou de origem rural (cabocla), que tem como crença fundamental a concepção dos “encantados” (MAUÉS, 2005, p.262).

Assim, seu Bráulio era católico devoto de Santo Antônio, o que não conflitava com a sua prática da pajelança, onde incorporava, entre outros, o Caboclo Esmeraldo, que tinha por função a proteção da família (SOUSA, 2014, p. 35).

Nos relatos colhidos não se observa maiores conflitos em torno dessa passagem religiosa do tradicional amazônico para o protestantismo de origem estrangeira. Elivaldo, baseado em entrevista com seu Biló, afirma que após este convencer o sogro a permitir a realização de um culto na comunidade, houve uma conversão em massa, onde 11 pessoas aceitaram a nova fé, entre elas o seu Bráulio (CUSTÓDIO, 2017, p.145).

A ausência de relatos sobre conflitos religiosos existentes nessa transição não deve ser tomada como inexistência destes, pois, a memória opera em dinâmica própria, favorecendo hora lembranças, hora esquecimentos, que também devem ser problematizados. Além disso, podemos inferir dos relatos coletados o que se caracterizaria, no mínimo, como tensões, já que o abandono da pajelança por parte de seu Bráulio havia sido previsto por uma entidade que era incorporada por ele (SOUSA, 2014, p.35), e que, sendo ele bem reputado na região por seus trabalhos, deixou desassistidos aqueles que lhe demandavam seus cuidados.

Outro ponto de tensão religiosa que podemos inferir da conversão do Mel, deriva da prática proselitista característica do protestantismo. Segundo Elivaldo Custódio, logo após terem aderido à nova religião, membros da comunidade iniciaram um trabalho nas comunidades ao redor que resultou na conversão de indivíduos de outras localidades (CUSTÓDIO, 2017, p.147).

Essa atividade proselitista pode ter levantado embates não só em relação à religiosidade afroindígena, mas com o próprio catolicismo dominante. Os embates entre catolicismo e protestantismo são antigos e bem conhecidos, derivando dos conflitos da época das Reformas Religiosas no século XVI.

Exemplo deste conflito em Macapá se deu em 1916, quando da chegada de um evangelista da Assembleia de Deus. O vigário da paróquia, padre Júlio Maria Lombaerd, conhecido defensor da fé católica frente à “heresia protestante”, atuou para impedir a venda de bíblias na cidade, cooptando a população e a polícia para queimarem os materiais religiosos trazidos pelo evangelista (CARMO, ROCHA, REIS, 2018, p. 20).

Há também, na própria ata de fundação da igreja presbiteriana de Macapá, registro de conflitos entre o evangelista presbiteriano e um padre do PIME, pois ambos iniciavam trabalhos no bairro do Trem.

O inimigo não estava satisfeito; as lutas se multiplicaram. O evangelista agora começa a receber insultos do padre Antônio, que queria interromper boa marcha do serviço; mas o padre trabalhou em vão, pois a obra de Cristo continuou e as portas do inferno não prevaleceram contra ela (IGREJA PRESBITERIANA DE MACAPÁ, 1961, p. 08).

Portanto, embora não apareça nos relatos coletados, podemos supor que tipos de conflitos existiram ocasionados pelo evangelismo do Mel nas comunidades próximas. Tal questão foge ao escopo deste trabalho, porém indicamos aqui a necessidade de mais pesquisas que aprofundem o estudo sobre a difusão da fé evangélica no Amapá, em especial no interior do estado e em comunidades tradicionais, como quilombos, terras indígenas, áreas extrativistas e ribeirinhos.

No entanto, faz-se necessário avaliar, também, que o modelo missionário moderno, surgido a partir do século XVI, que muitas vezes desconsidera o outro e lhe impõe padrões e valores exógenos, e que pode ser observado no Brasil, vem sendo criticado mesmo por alguns autores evangélicos que enxergam a íntima relação entre missão e colonização como algo problemático e que necessita ser revisto, a fim de não perpetuar a objetificação e exploração do outro.

A missionária e doutora em ciências da religião, Analzira Nascimento, refletindo sobre a questão posta acima, afirma em seu livro “Evangelização ou Colonização” que o “não reconhecimento do outro como sujeito favorece a imposição de conceitos e padrões da cultura hegemônica, pois ele passa a ser simplesmente um objeto de missão, não havendo necessidade de uma prática dialógica solidária” (NASCIMENTO, 2015, p.40).

Pensando na contribuição que as igrejas latino-americanas, e das demais áreas que sofreram com a colonização ocidental (Europa e EUA), podem oferecer ao mundo globalizado, ela faz a seguinte sugestão: “talvez, seja aqui que a Terceira Igreja, que emerge do Sul, pode exercer o seu protagonismo na parceria para a construção de um mundo mais humano” (NASCIMENTO, 2015, p.41).

Essas afirmações de Analzira Nascimento nos fazem perceber que as práticas religiosas do Mel da Pedreira se encontram no centro do debate sobre como as igrejas do hemisfério sul vêm se constituindo na parte mais dinâmica do cristianismo em termos globais<sup>8</sup>. Acreditamos, assim, que o afroindigenismo protestante do Mel pode ajudar igrejas que ainda reproduzem uma mentalidade colonialista a serem mais abertas ao diálogo com o outro.

Não obstante às problemáticas discutidas anteriormente, a comunidade presbiteriana do Mel da Pedreira alcançou um feito notável ao estabelecer em Macapá um ponto de pregação para aqueles moradores que saíam do quilombo num processo de êxodo rural iniciado nos anos de 1970 e só interrompido após o reconhecimento da comunidade como quilombola (SOUSA, 2014, p.29).

Esse novo ponto de pregação, localizado no bairro Santa Rita se organiza a partir da sugestão do presbítero Feliciano Ramos, em 1977, quando seu Bráulio, vendo que muitos se mudavam para cidade em busca de emprego e educação, se preocupou em não os deixar desassistidos espiritualmente e providenciou a aquisição de um lote que pudesse abrigar uma nova congregação (SOUSA, 2014, p.40).

Posteriormente, diferentes pontos de pregação foram abertos em distintos bairros de Macapá, devido à atuação de outros moradores do quilombo. Estes pontos também deram origem a igrejas, e estão localizados na zona norte da cidade. Em todas essas igrejas de origem quilombolas, observa-se certa distinção litúrgica quanto ao “padrão tradicional” presbiteriano, servindo assim, como evidencia da força e da vitalidade do protestantismo afroindígena originado no Mel da Pedreira.

Podemos perceber, portanto, que seu Bráulio, antiga liderança religiosa e pajé reconhecido por seus dotes, permaneceu como liderança religiosa no Mel após sua conversão

---

<sup>8</sup> Segundo dados do The Pew Forum, 61% dos cristãos vivem no chamado Sul Global.

à nova fé, mesmo não dispondo oficialmente de nenhum cargo eclesiástico dentro da bem estabelecida hierarquia presbiteriana.

### 3.3 QUILOMBOS E OUTRAS QUESTÕES

O significado da palavra quilombo tem variado ao longo do tempo, servindo aos mais variados usos. Com origem nas línguas faladas na África central, segundo Flávio Gomes (2015, locais Kindle, 72), a palavra designava inicialmente acampamentos improvisados para guerra ou para apresamento de escravizados, estando associado, ainda, aos guerreiros imbangalas e seus ritos de iniciação. Contudo, durante a colonização portuguesa no Brasil, o termo teria se espalhado, designando acampamentos ou comunidades de escravos fugitivos. Esta noção de quilombo como lugar de refúgio e habitação de escravos em fuga prevaleceu na historiografia brasileira até a década de 1970 (CARVALHO, SCHMITT, TURATTI, 2002).

Portanto, para os que não são familiarizados com a legislação quilombola, pode parecer estranho falar sobre um quilombo que surgiu em meados do século XX, décadas após a abolição, pois aprendemos, afinal, que quilombos eram assentamentos de negros que fugiam do trabalho escravo nas fazendas e nas minas. Contudo, a Constituição Federal de 1988, atendendo às reivindicações do movimento negro, e em concordância com os dados historiográficos, estabeleceu a compreensão de que quilombolas são comunidades negras rurais com um histórico de resistência, ancestralidade e luta racial. Sendo assim, mesmo tendo surgido na década de 1950, a comunidade do Mel da Pedreira se enquadra na definição legal do que é um quilombo.

Essa definição mais ampla de que quilombos (ou remanescentes) não são apenas aqueles com origem direta no período escravista está ligada à compreensão de que estas comunidades, tornadas invisíveis durante a República, se expandiram como grupos camponeses (GOMES, 2015, locais do Kindle. 1200), fazendo, assim, surgir novas comunidades negras rurais que, mesmo sem se reconhecerem como quilombolas, se ligavam a estas, como afirma Flávio Gomes:

Populações negras rurais [...] foram estigmatizadas, a ponto de seus moradores recusarem a denominação de quilombolas ou ex-escravos. Porém, nunca deixaram de existir lutas seculares no mundo agrário, parte das quais para defender territórios, costumes seculares e parentesco na organização social (GOMES, 2015, locais do Kindle 2178-2180).

Desta forma, mantendo sua ancestralidade africana e a resistência cultural negra, essas comunidades, surgidas e organizadas pós-abolição, deveriam ser reconhecidas como

remanescentes quilombolas e terem, também, a propriedade coletiva de suas terras garantida pelo poder público.

A comunidade Mel da Pedreira surge em conformidade com o que apresenta Flávio Gomes sobre a transformação de quilombolas em camponeses e sua expansão, que deu origem a novas comunidades. Os fundadores do Mel, Antônio Bráulio e Auta Augusta, vinham de outras localidades campesinas negras (e que hoje também são reconhecidas como quilombolas) e buscavam para si um lugar mais apropriado ao exercício de suas atividades agrícolas.

A presença negra no Amapá data das investidas que a coroa portuguesa realizou para ocupar e colonizar a região, servindo-se da mão de obra escrava no plantio de arroz e em construções, sobretudo de fortes. Porém, é difícil assegurar de que locais da África seriam os negros que vieram para a região amazônica. Vicente Salles indicava essa dificuldade de identificação em seu célebre livro “O negro no Pará” (1971), onde apontava para a diversidade de lugares de onde partiram cativos para suprir a demanda por mão de obra na região. Cabo Verde, Angola, Sudão, Guiné e Moçambique são algumas das áreas de origem da população negra trazida ao Pará.

Para o caso amapaense, segundo Flávio Gomes (2015), a origem das populações negras também é bastante diversa. Nos quilombos do Amapá, porém, se operou o encontro entre comunidades negras brasileiras e da Guiana Francesa que se aproveitavam do conflito fronteiriço<sup>9</sup> para se estabelecer em liberdade (GOMES 2015). Nesses quilombos formados na fronteira, negros e indígenas se misturaram, originando assim a cultura afroindígena, típica da região amazônica (PACHECO, 2012b, p.2).

Sobre as trocas ocorridas na fronteira entre as regiões coloniais de Portugal e França, Bruno Nascimento explica que “os negros das duas colônias mantinham no mínimo laços de amizade e até quem sabe de parentesco, ou seja, escravizados dos territórios francês e português trocavam experiências, ideias e materializavam solidariedades” (NASCIMENTO, 2020, p.9). Antônio Bráulio é fruto dessas trocas, visto seu pai ser um homem branco de origem francesa e sua mãe uma mulher negra das comunidades negras amapaenses.

A comunidade do quilombo do Mel da Pedreira traz consigo essa cultura e ancestralidade afroindígena, expressa em sua relação com a terra, sua alimentação e no trabalho. No aspecto religioso, todavia, se manifesta o que Elivaldo Custódio classifica como afroprotestantismo, posto que no final da década de 1960 a comunidade abandonou algumas de

---

<sup>9</sup> Disputa entre França e Portugal, e posteriormente o Brasil, pela posse da região entre os rios Araguari e Oiapoque. O impasse foi resolvido em 1901 através do Laudo Suíço que deu ganho de caso ao Estado brasileiro.

suas práticas religiosas tradicionais após adotar o protestantismo, se filiando à Igreja Presbiteriana do Brasil em Macapá.

A autora Analzira Nascimento ainda aponta que “a grande marca do colonialismo e dos atuais neocolonialismos é a concepção do outro como objeto. O colonialismo conduz à negação da diversidade e é também o grande responsável pela subordinação e invisibilização do Sul” (NASCIMENTO, 2015, p.40).

O termo afroindígena busca dar visibilidade para a herança indígena e africana de populações amazônicas que tiveram sua ancestralidade eclipsada por termos etnicamente generalizantes, como, por exemplo, caboclos e ribeirinhos. Pacheco justifica o uso do termo com base em três argumentos:

a) Foram indígenas, africanos e seus herdeiros a mão-de-obra mais utilizada na história da Amazônia e do Brasil; b) As formas como essas nações alinhavaram táticas coletivas para construir territórios de liberdade em meio aos ardis e repressões dos poderes colonizadores; c) O legado de seus saberes e patrimônios deixados na reconstrução das práticas, paisagens humanas e culturais amazônico-brasileiras (PACHECO, 2012. p. 13).

Desta maneira, o conceito de afroindígena vem sendo utilizado não apenas em pesquisas dentro do campo da história, da sociologia ou da antropologia, mas também nas mais variadas áreas, tais como ciência da informação, direito, linguística, psicologia e teologia (CONRADO, BARROS, 2022. p. 236).

Segundo levantamento de Thiane Barros e Mônica Conrado, há registrado no catálogo de teses e dissertações da Capes, entre os anos de 2000 e 2020, de 45 trabalhos onde o termo afroindígena aparece no título, na palavra chave ou no resumo (2022. p. 236), o que demonstra a relevância que o conceito tem alcançado entre as pesquisas acadêmicas.

Desta forma, consideramos que o termo afroprotestantismo, embora derive de uma autodeclaração dos quilombolas do Mel (CUSTÓDIO, 2017, p. 156), poderia novamente encobrir a diversidade da formação etnocultural do quilombo do Mel da Pedreira, portanto consideramos mais apropriado falarmos de afroindigenismo protestante, para assim, enfatizar não só a ancestralidade da comunidade, mas também sua importante distinção no campo religioso e que se constitui como um ponto importante de sua identidade comunitária.

Como já dito, a igreja presbiteriana no Brasil se origina a partir do movimento missionário norte-americano, herdando uma liturgia mais racional e hinos importados das igrejas do norte. Quanto aos protestantismos entre os negros nos EUA, Roger Bastide afirma que eles conservaram pouco de sua religião original (1974, p.151), assim, observamos que no quilombo do Mel da Pedreira ocorreu algo similar, com parte da religiosidade africana sendo

apagada para somente ser retomada após o processo de autoidentificação quilombola, mantendo, porém, o protestantismo como expressão religiosa mais forte.

Da visita que fizemos à igreja presbiteriana do Mel, nos chamou a atenção o contraste entre o louvor na comunidade e o louvor comumente praticado nas demais igrejas presbiterianas do Brasil. Enquanto nestas últimas o louvor tende a ser mais contido, sendo debatido até mesmo se seria ou não lícito bater palmas acompanhando o louvor<sup>10</sup>, na primeira o corpo inteiro é usado, como expresso na fala do dirigente do louvor, que antes de iniciar o batuque do Marabaixo, afirmou: “O principal instrumento é o nosso próprio corpo. Entendeu? O corpo é o principal instrumento para adorar a Deus.”

Assim, podemos dizer que a adesão ao protestantismo levou que a comunidade negasse ou negligenciasse traços da religiosidade africana (CUSTÓDIO, 2017, p.118). Porém, essa negligência não acarretou a perda total de sua antiga cultura religiosa, que vem sendo recuperada e ressignificada no Marabaixo cantado nos cultos em algumas de suas práticas litúrgicas e cristalizando práticas do afroindigenismo protestante.

---

<sup>10</sup> IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL. **Documento XV. XXXV** Reunião do Supremo Concílio, 2022.

#### **4 CAPÍTULO 3 - CADERNO PEDAGÓGICO SOBRE O MEL DA PEDREIRA**

Elaboramos um caderno pedagógico para o ensino de história que possibilite trabalhar em sala de aula o quilombo do Mel da Pedreira como estudo de caso, facilitando a sensibilização dos estudantes para a realidade das comunidades quilombolas na Amazônia, sua formação, história e questões contemporâneas.

Embora possa ser chamado de diversas formas, como caderno didático, ou caderno do professor, não há uma definição clara e objetiva sobre o que constitui um caderno pedagógico, porém podemos perceber que uma característica distintiva dos cadernos é a proposição de atividades e orientações didáticas aos professores e/ou alunos.

Os cadernos pedagógicos se constituem em materiais didáticos a disposição dos professores e que elaboram estruturas e condições de ensino para os professores (BITTENCOURT, 2017, p. 72), sendo muitas vezes disponibilizados como anexos de livros didáticos, outras vezes distribuídos separadamente por secretarias de educação e outras instituições voltadas à promoção de boas práticas educativas. São, portanto, como nos referimos na introdução desse trabalho, frutos de políticas curriculares (BRITO, GIGANTE, SILVA, 2014), sendo, desta maneira, confeccionados e difundidos segundo regras e interesses não apenas econômicos e/ou políticos, mas também científico e epistemológico.

Nosso caderno se direciona ao uso do professor, para que este possa elaborar aulas dentro da perspectiva da Lei 10.639/2003, valorizando as contribuições das comunidades negras para a sociedade e cultura brasileira. Devido ao recorte cronológico que nos impõe a temática, o caderno é voltado para a 3ª Série do ensino médio, não sendo, porém, amarrado à uma concepção linear da história, poderá ser utilizado também em outros anos do ensino médio, de acordo com o interesse do professor e com os devidos ajustes.

A intenção inicial era desenvolver o caderno partindo da contribuição dos moradores do Mel, em encontros realizados no próprio quilombo. Porém, devido às consequências da pandemia iniciada em 2020, não foi possível a realização desses encontros, sendo que a comunidade ficou fechada a visitas por quase dois anos.

Desta forma, foram mantidas conversas apenas com alguns moradores do quilombo, incluído o pastor presbiteriano da comunidade, o presidente da associação, e duas professoras do quilombo que atuam na escola Antônio Bráulio de Souza. Uma prévia do caderno lhes foi apresentada para análise, sugestões e correções, no entanto, apenas disseram que gostaram do material e que este estaria bom.

A iniciativa da confecção deste caderno foi elogiada pelos membros da comunidade consultados, pois, segundo eles, há necessidade de desenvolvimento de projetos que



conservem a memória e a história do local, visto já haver jovens que desconhecem totalmente as dificuldades vividas em tempos passados, não conhecendo mais alguns dos usos e costumes antigos.

Também nos foi relatado dificuldades na escola localizada na comunidade, onde o diretor e alguns professores não seriam ligados ao quilombo e, por isso, não teriam um olhar atento para a necessidade de desenvolver uma educação que fosse mais significativa para o Mel da Pedreira.

A preocupação com a preservação da história da comunidade se manifesta, também, na fala do pastor da igreja presbiteriana, neto de Bráulio e Auta, que afirma ter o desejo de constituir um museu na antiga casa de seus avós, hoje em ruínas (Figura 6).

Desta maneira, a elaboração do nosso caderno pedagógico foi bem recebida, e nos comprometemos a entregar para a comunidade uma cópia digital desta dissertação e de seu produto, bem como, posteriormente, buscar viabilizar uma versão impressa.

Assim, o caderno pedagógico vai ao encontro da expectativa de parte dos moradores, mostrando-se relevante para a comunidade.

Figura 6: Antiga casa de Bráulio e Auta



Fonte: Arquivo Pessoal.

O uso de fontes para o ensino de história, que buscamos explorar no caderno, é uma das práticas pedagógicas mais instigantes do componente curricular História, pois aproxima o

aluno do fazer histórico. Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli apontam para algumas vantagens do uso desse recurso em sala:

O contato com as fontes históricas facilita a familiarização do aluno com as formas de representação das realidades do passado e do presente, habituando-o a associar o conceito histórico à análise que o origina e fortalecendo sua capacidade de raciocinar baseado em uma situação dada (CAINELLI, SCHMIDT, 2009, p.116).

As fontes servem, assim, para auxiliar na formação da consciência histórica e crítica do aluno, porém não devem ter a pretensão de transformar o discente em mini-historiadores, visto haver diferenças entre a forma como um historiador, com todas suas leituras e compreensão de mundo, acessa as fontes e a maneira como se trabalha com o aluno em sala (BITTENCOURT, 2018a, p.266-266).

Outro ponto de cuidado, deve ser em não utilizar as fontes como meras ilustrações, mas trabalhá-las de forma que possibilite aos estudantes desenvolverem as habilidades pretendidas pelo professor. Sobre isso, Cainelli e Schmidt afirmam:

Os documentos não serão tratados como um fim em si mesmos, mas devem responder as indagações e problematizações de alunos e professores, com o objetivo de estabelecer um diálogo com o passado e o presente, tendo como referência o conteúdo histórico a ser ensinado (CAINELLI, SCHMIDT, 2009, p.117).

Mas afinal, o que seriam as tais fontes? Para March Bloch, estas se constituem nos vestígios pelo qual os fatos do passado da humanidade podem ser conhecidos (BLOCH, 2001, p.73) e que são utilizados pelos historiadores em sua prática profissional, podendo ser “tudo o que pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem” (LE GOFF, 2013, p.490).

Com esta definição de fonte em mente que traremos, no caderno pedagógico, fotos da comunidade do Mel e letras dos louvores compostos ali em conjunto com as orientações para seu uso em sala.

O caderno pedagógico que elaboramos se propõe a servir tanto alunos como professores, devendo possuir, assim, duas versões distintas. A versão que apresentamos aqui é a que se destina aos professores, por conter o planejamento das aulas, sendo que na versão voltada aos alunos esta será retirada.

Pretendendo alcançar o maior público possível, o texto do caderno pedagógico foi escrito de maneira simples e direta, evitando-se o uso de muitas citações e notas que pudessem atrapalhar a experiência de leitura do mesmo.

A introdução do caderno consta de explicações sobre o material e a temática a ser explorada, seguida de breves instruções sobre como o usar e como ler o código da BNCC. Vale lembrar que para o ensino médio a Base Comum não discrimina competências e habilidades por componente curricular, mas sim por áreas do conhecimento, com a história incluída na área de Ciências Humanas e suas Tecnologias.

Após os elementos iniciais seguem-se as sugestões de aula com seus respectivos planejamentos didáticos, sendo ao todo cinco planos, contendo: texto-base, plano de aula com atividade e indicação de carga horária, e sugestões de leituras para aprofundamento do assunto abordado.

Os temas escolhidos para as aulas foram aqueles que se destacaram tanto nas conversas com os membros da comunidade quanto nas pesquisas consultadas e que, em nossa perspectiva, melhor atenderiam às demandas da BNCC. Sendo os temas das aulas, portanto: a formação do quilombo, religiosidade, o Marabaixo no Mel da Pedreira, o cotidiano quilombola no Mel da Pedreira e os direitos sociais.

O caderno pedagógico conta também com boxes informativos que ampliam a discussão sobre alguns temas e ajudam no aprofundamento dos estudos, linha do tempo destacando os acontecimentos importantes na história da comunidade do Mel, um breve glossário e um mapa ilustrado da região.

A primeira aula do caderno pedagógico é voltada para a compreensão da formação do Mel da Pedreira. Conta com uma breve contextualização da questão quilombola na Constituição de 1988. Inserimos nessa aula um box explicativo acerca da escravidão no Amapá e outro sobre a localização da comunidade, enquanto a sugestão de aula parte da análise de uma canção composta para uso na igreja e executada pelo grupo de marabaixo.

A segunda aula debate questões em torno da religiosidade do Mel, problematizando a passagem da religiosidade tradicional afroindígena para o afroindigenismo protestante. O box informativo desta aula traz um resumo sobre a implantação do presbiterianismo no Amapá. Como sugestão de aula, optamos por focalizar na pajelança, outrora praticada no Mel e que foi abandonado com a adesão ao protestantismo.

O marabaixo executado na comunidade do Mel da Pedreira foi o tema escolhido para a terceira aula do caderno pedagógico, e para aprofundamento do tema, o box explicativo aborda a importância do rádio no Amapá. A sequência didática sugerida visa parcerias com outras instituições do estado a fim de promover na escola uma exposição sobre a indumentária e instrumentos do Marabaixo.

A quarta aula toma por base o cotidiano da comunidade quilombola, cantado em uma famosa composição amapaense: Vida Boa, de Zé Miguel, músico que tem suas origens no Mel da Pedreira. Abordamos o uso da terra e a importância da agricultura. As atividades sugeridas, organizadas segundo a metodologia de Rotação de Estações, levam os alunos a conhecerem a produção de mandioca e a exploração deste alimento presente nas mesas de todo o país desde tempos coloniais, sendo uma herança alimentar indígena.

A quinta e última aula traz um debate sobre direitos sociais para os povos quilombolas, como acesso à terra, saúde e educação. Um box explicativo faz um resumo sobre a questão quilombola pelo aspecto legal. Esta aula também visa incentivar a produção textual dos alunos através da elaboração de textos jornalísticos.

Parte do material utilizado para atividades do caderno pedagógico se encontram disponíveis na internet, podendo ser acessados de forma rápida e prática através dos QR Codes disponibilizados no próprio caderno. No entanto, uma ausência importante se faz sentir: não há registros gravados do Marabaixo desenvolvido no quilombo, o que dificulta sua divulgação. Em nosso trabalho, utilizamos uma gravação própria que, todavia, carece de maior qualidade técnica.

Desta maneira, acreditamos que oferecer estratégias metodológicas através de sugestões de aulas e atividades, no formato de caderno pedagógico, seja uma forma eficaz de desenvolver uma aprendizagem significativa e que siga a BNCC e obedeça a Lei 10.639/03.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de conclusão de Mestrado, tivemos o objetivo de elaborar um caderno pedagógico voltado para o ensino de história e que viesse a atender as demandas postas pela Lei 10.639/2003, pelas Diretrizes da Educação das Relações Étnico-Raciais e pela BNCC, auxiliando, assim, os professores a desenvolverem aulas dinâmicas e engajadas no combate ao racismo e à discriminação.

A escolha da comunidade quilombola do Mel da Pedreira como base para nosso estudo, devido à sua experiência religiosa, nos permitiu debater aspectos relevantes que auxiliam na compreensão e na superação de discursos e práticas racistas.

A adesão à fé protestante e a manutenção de aspectos da cultura negra nos cultos deu origem ao afroindigenismo protestante, que tem no retorno da prática do Marabaixo no quilombo sua máxima expressão.

O Marabaixo, com suas caixas, dança e ritmo, opera como afirmação da ancestralidade africana da comunidade, o que lhes garante convites para se apresentarem em eventos que celebram a cultura negra, tanto em Macapá quanto em localidades próximas. Por outro lado, com as letras de suas canções inspiradas pela teologia protestante, suas apresentações de Marabaixo também são entendidas por eles como um ato de evangelismo.

Percebendo, então, certa tensão religiosa, com parte dos moradores do Mel participando de eventos culturais, mas se recusando a participarem das manifestações religiosas, dedicamos parte desta dissertação em compreender como se manifestam essas tensões.

Acreditamos, contudo, ser necessário aprofundar o estudo de como ocorreu a transição da antiga religiosidade afroindígena para o protestantismo, procurando fontes que revelem outras perspectivas, como por exemplo, as das mulheres do quilombo e das autoridades eclesásticas.

Apesar das dificuldades ocasionadas, sobretudo, pela crise sanitária gerada pela pandemia, entre os anos 2020 e 2022, que impossibilitou a visita à comunidade para a realização de entrevistas e consultas com moradores, nos foi possível manter contato na reta final da elaboração do trabalho, contato esse que resultou em ganhos substanciais para o desenvolvimento de nossa pesquisa.

Outro aspecto abordado foi acerca dos conflitos entre a modernização e a tradição que se manifestam no quilombo que, ao receber investimento de programas do governo conquistados pela atuação dos moradores representados pela sua associação, enfrenta também o dilema da manutenção de seu antigo modelo.

A caça foi abandonada; primeiro por conscientização ambiental, depois pela facilidade do acesso a carne na cidade. A prática da pesca tem diminuído, bem como a própria oferta e diversidade de peixes no lago. A igreja presbiteriana concorre com outras denominações evangélicas, e com o próprio desinteresse religioso das novas gerações.

Mesmo sem propor uma saída para estes problemas, o estudo do Mel nos possibilita entender como a comunidade lida com estas questões e a que soluções, ainda que temporais, chegou, a mais interessante para nós sendo a conciliação da identidade quilombola com a identidade protestante.

A elaboração do caderno pedagógico procurou respeitar a tradição do quilombo, mas também agregar novas discussões que possibilitassem expandir os debates sobre suas origens. Assim, buscamos falar não apenas de quilombos, mas também sobre a pajelança típica da região amazônica. Agregamos ao caderno documentos históricos que possam ser usados em sala de aula e elaboramos sugestão de uso para o que os professores possam aplicar.

Embora este trabalho, como tantos outros, seja fruto da universidade pública, sendo, portanto, fruto do investimento público na educação, constatamos certas dificuldades no diálogo com o Estado para sua correta efetivação. A começar pela Secretaria de Educação do Estado do Amapá não conceder licença para cursar o mestrado, passando pelos cortes de bolsa federais. Não há interesse do governo em publicar e disponibilizar a produção didática do ProfHistória para as escolas das redes estaduais, limitando assim o alcance das produções desenvolvida pelo curso.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha; DANTAS, Carolina; MATTOS, Hebe. Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores. **Antíteses**, v. 3, n. 5, 2010.

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo, jul. 2011.

ALBURQUERQUE, Marli Brito; KLEIN, Lisabel Espellet. Pensando a fotografia como fonte histórica. **Cad. Saúde Pública**, v.3, n.3, set. 1987. Disponível in: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X1987000300008#nota1](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1987000300008#nota1)>. Acessado em: 03/08/2019.

ARAUJO, Marcos José Martins. **O Batuque e o Marabaixo Protestante**: Panorama musical do quilombo do Mel da Pedreira. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2016.

BASTIDE, Roger. **As Américas Negras**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

BARCA, Isabel; SCHMITD, Maria Auxiliadora; MARTINS, Estevão. **Jörn Rüsen e o ensino de História**. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

BERNADO, Teresinha; FIGUEIREDO, Janaína de; MACIEL, Regimeire Oliveira (Orgs). **Racismo de e educação: (des)caminhos da Lei 10.639/2003**. São Paulo: EDUC-FAPESP, 2017.

BARROS, Thiane; CONRADO, Mônica. A categoria “afro-indígena” a Amazônia paraense: usos, confluências e ambivalências em debate acadêmico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, a. 28, n. 63, p. 227-246, 2022.

BEZERRA, Moisés; CÚSTODIO, Elivado; VIEIRA, Piedade. “Se eu não fizer o bem, o mal não faço!”: o sagrado afroindígena vivenciado pelas benzedeiras do quilombo do Cria-ú no Estado do Amapá. **Rever**, São Paulo, v. 20, n. 2, 2020.

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BITTERCOURT, Circe. **Ensino de História**: Fundamentos e métodos. 5 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2018.

\_\_\_\_\_. (Org). **O Saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 2017.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira**. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

BRITO, Karina Lima; GIGANTE, Camila Costa; SILVA, Juliana Virginia. Cadernos Pedagógicos/RJ e sua relação com os processos políticos educacionais. **Didática e Prática de Ensino na relação com a Escola**. EdUECE-livro I.

CARTH, John Land. A Base Nacional Comum Curricular e a aplicação da política de Educação para Educação das Relações Étnico-Raciais (afro-brasileira, quilombola, cigana). **Portal do Ministério da Educação**, 2013. Disponível em: <<http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/artigos/A-BNCC2018-e-a-ERER.pdf>>. Acessado em: 31/03/2023

COSTA, Aryana. História Local. **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

CAINELLI, Marlene; SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

CAMPOS, Roberto Júnior de Almeida. **Modo de vida e territorialidade quilombola da comunidade Ressaca da Pedreira – Amapá**. Dissertação de Mestrado. Macapá: Universidade Federal do Amapá, 2018.

CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO, A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, A XENOFOBIA E FORMAS CORRELATAS DE INTOLERÂNCIA. **Declaração e Plano de Ação**. Durban: ONU, 2001.

CUSTODIO, Elivaldo Serrão. **Comunidade quilombola Mel da Pedreira no Amapá: religiosidade como eixo de identidade religiosa**. Tese de doutorado. São Leopoldo: Faculdade EST, 2017.

ESQUISANI, Rosimar S. Siqueira. As Atas de reuniões enquanto fontes para a História da Educação: pautando a discussão a partir de um estudo de caso. **Educação Unisinos**, v.11, n.2, mai./ago., 2007.

FOSECA, Thais Nivia Lima. **História e ensino de história**. 4. ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017.

FERNANDES, Luís Henrique Menezes. **Diferença da Cristandade: a controvérsia religiosa nas Índias Holandesas e o significado histórico da primeira tradução da Bíblia em português (1642-1694)**. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. **Aprendendo História: Reflexão e ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FRESTON, Paul. **Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment**. 308 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e



Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Universidade Estadual de Campinas, 1993.

GOMES, Antônio Maspoli de Araújo. **“Melhor que o Mel, só o céu.”** Trauma Intergeracional, Complexo Cultural e Resiliência na Diáspora Africana (Um Estudo de Caso do Quilombo do Mel da Pedreira, em Macapá, AP). Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Flávio dos Santos. SCHARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

IPHAN. Ministério da Cultura. **Dossiê de Registro Marabaixo**. Brasília: IPHAN, 2018.

JEKINS, Keith. **A História repensada**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

LEAL, Maura. **A (onto) gêneses da nação às margens do território nacional**: o projeto janarista territorial para o Amapá (1944-1956). 2007. Dissertação de Mestrado (História Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

LOBATO, Sidney. **A cidade dos trabalhadores**: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964). 2013. 82 p. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MAFRA, Clara. **Os evangélicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

MATOS, Alderi Souza. Inícios do presbiterianismo no Pará e no Amapá. **Brasil Presbiteriano**, São Paulo, a. 50, n. 652, p. 20, fev. 2009.

MAUES, Raymundo Heraldo. Catolicismo e xamanismo comparação entre a cura no Movimento Carismático e na pajelança rural amazônica. **Ilha Revista de Antropologia**, Santa Catarina, v.4, n. 2, 2002.

\_\_\_\_\_. Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico: a religião. **Estudos Avançados**, n. 19, 2005.

MENDONÇA, Antônio Gouveia. **O celeste porvir**: a inserção do protestantismo no Brasil. São Paulo: Editora Paulinas, 1984.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira Costa; PENNA, Fernando de Araujo. Ensino de História: saberes em lugar de fronteira. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n.1. 2011.

MONTEIRO, Jacira Pontinta Vaz. **O estigma da cor:** como o racismo fere os dois grandes mandamentos. São Paulo: Editora Quitanda, 2022.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude:** usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

NASCIMENTO, Analzira. **Evangelização ou Colonização:** o risco de fazer missão sem se importar com o outro. Viçosa, MG: Ultimato, 2015.

NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado. “Ouzarão vir furtar descaradamente, e buscar novos companheiros, quando ouzavão até por fogo nas às Cazas”: escravizados em fuga na vila de São José de Macapá. **Revista de História UEG**, Morrinhos, v.9, n.2, e-922024, jul./dez. 2020.

Nora, P., & Aun Khoury, T. Y. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História**, v.10, 1993. Recuperado de <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>.

OLIVEIRA, Liliane C.; PINTO, Marilina. Os primeiros passos do protestantismo na Amazônia. **Estudos da Religião**, v. 31, n. 2, p. 114, 2017.

OLIVEIRA, Marco Davi. **A religião mais negra do Brasil:** Por que os negros fazem opção pelo pentecostalismo? Viçosa/MG: Editora Ultimato, 2015.

PACHECO, Agenor Sarraf. **En el corazón de la Amazonia:** Identidades, saberes e religiosidade no regime das águas. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: PUC-São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. Os Estudos culturais em outras Margens. **Fenix: revista de história e estudos culturais**, v.9, a. IX, n. 03, 2012.

PANTOJA, Vanda. **Santos e Espírito Santo, ou Católicos e Evangélicos na Amazônia Marajoara.** Tese (Doutorado em Antropologia Social). Belém: Universidade Federal do Pará, 2011.

PESAVENTO, Sandra Jathay. História, memória e centralidade urbana. **Revista Mosaico**, v.1, n.1, p.3-12, jan./jun. 2008.

PESAVENTO, S. Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995.

PIMENTEL, Walbi. **O bairro do Buritizal:** entre as experiências vividas e a história Ensinada. 2018. Dissertação de Mestrado (Ensino de História). Programa de Pós-graduação em Ensino de História, Universidade Federal do Amapá.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2019.

SANTOS, Lyndon de Araújo. As Outras Faces do Sagrado: Protestantismo e Cultura na Primeira República Brasileira. **Revista de Estudos da Religião**, n. 1, pp. 1-14, 2005.

SILVA, Alberto Costa e. **A África e os africanos na História e nos mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.

SILVA, Gutemberg de Vilhena; SUPERTI, Eliane. Comunidades quilombolas na Amazônia: construção histórico-geográfica, características socioeconômicas e patrimônio cultural no Estado do Amapá. **Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n.23, 2015.

SOARES, Ana Caroline Albuquerque. Líderes femininas em comunidades quilombolas de Oriximiná, Pará: “negas que desatam nós”. **Revista Wamon**, v.4, n. 2, pp. 59-72, 2019.

SOARES, Liliane Rodrigues. O quilombo Mel da Pedreira – Macapá/AP: territorialidade e dinâmica sócio espacial. **Planeta Amazônia: Revista internacional de direito ambiental e políticas públicas**, Macapá, n. 6, 2014.

SOUSA, Ana Kelly Vasconcelos Franklin. **Mel da Pedreira**: um quilombo protestante na Amazônia. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2014.

SOUZA, Laura de Mello (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**. v.1. São Paulo, 2018.


TOLEDO, Maria Aparecida. História local, historiografia e ensino: sobre relações entre teoria e metodologia no ensino de história. **Antíteses**, v. 3, n. 6, pp. 743-758, jul.-dez. 2010.

VIERIA, David. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

WATANABE, Thiago. A Construção da Diferença no Protestantismo Brasileiro. **Revista Aulas**, n.4, abr.-jul. 2007. Disponível em: <[https://www.academia.edu/attachments/32575510/download\\_file?st=MTY4NTgwNDQwOCwxOTEuNi45Ni44MQ%3D%3D&s=swp-splash-paper-cover](https://www.academia.edu/attachments/32575510/download_file?st=MTY4NTgwNDQwOCwxOTEuNi45Ni44MQ%3D%3D&s=swp-splash-paper-cover)>. Acessado em: 17/06/2019

WATANABE, Thiago. **De pastores à feiticieiros**: a historiografia do protestantismo brasileiros (1950-1990). 2006. Dissertação de Mestrado (Ciências da Religião) Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, Universidade Metodista do Estado de São Paulo, São Bernardo dos Campos.



The background of the cover features a faint, sepia-toned illustration of a person riding a horse, possibly a soldier or explorer, moving across a landscape. The style is reminiscent of old parchment or a faded historical drawing.

# **O quilombo do Mel na sala de aula**

Um caderno pedagógico  
para o ensino de História





*“Sabemos que a nossa [história] é feita de conflitos e violência – a começar pela violência que a marca quase de ponta a ponta: a escravidão racial, com suas sequelas. Mas, como a história de outros povos, ela também possui áreas luminosas, e seus encontros venturosos e criações afortunadas fazem com que ela não seja, como escreveu o poeta, só remorso.”*

**ALBERTO COSTA E SILVA**

# INTRODUÇÃO

---

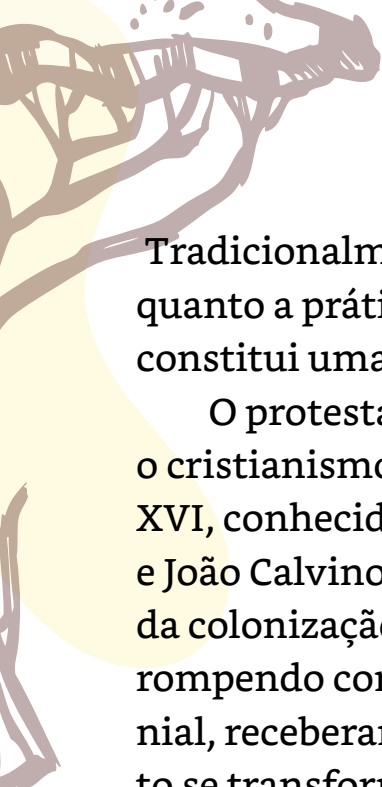
A presença de quilombos no Brasil está associada à secular resistência dos povos africanos contra a escravidão, que aqui se iniciou com a chegada das primeiras mudas de cana de açúcar e perdurou até o apagar das luzes do século XIX, porém estes quilombos se mostram cada vez mais como parte integrante da realidade brasileira, principalmente em zonas rurais, muitas vezes, afastadas dos grandes centros urbanos.

Ali se desenvolveram com costumes e práticas próprios que revelam alguns traços da religiosidade portuguesa, mas que manifestam, sobretudo, a ancestralidade africana e a forte influência indígena, tanto na religião como nos afazeres diários. Conhecer essas comunidades é conhecer um pouco melhor nosso país, que embora rico e diverso, invisibiliza toda uma cultura com base em preconceitos sustentados por ideias já há muito defasadas, como por exemplo, o mito da democracia racial brasileira.

A experiência da comunidade quilombola Mel da Pedreira, constituída a partir da aquisição daquelas terras por Antônio Bráulio de Souza e Auta Augusta Ramos, agricultores e descendentes de ex-escravos, possibilita a reflexão sobre temas importantes para a compreensão do debate racial e intercultural na sociedade brasileira, não só por estar inserida em uma dinâmica territorial que envolve outras comunidades camponesas negras<sup>1</sup>, com as quais tem muito em comum, mas também por uma particularidade: ser um quilombo de religiosidade protestante. Uma das heranças coloniais no Brasil é a porcentagem de sua população que confessa a fé cristã católica difundida no país por obra das ordens religiosas. Comunidades rurais, não fogem a esta influência e manifestam sua fé em termos próprios incorporando práticas de origem indígena e africana.

---

<sup>1</sup> Vide glossário.



Tradicionalmente, as igrejas protestantes se opõem tanto ao catolicismo quanto a práticas afroindígenas, por isso um quilombo protestante se constitui uma realidade muito particular.

O protestantismo se constitui como um dos grandes ramos no qual o cristianismo se divide, e tem origem nas reformas religiosas do século XVI, conhecidas por Reforma Protestante, e que teve em Martinho Lutero e João Calvino seus mais destacados líderes. Chegou às Américas através da colonização inglesa e holandesas, países esses que aderiram à Reforma rompendo com Roma e o Papa. Os Estados Unidos, desde o período colonial, receberam grande contingente de protestantes, e ali este movimento se transformou no que chamamos de evangélicos, devido o enfoque na pregação dos Evangelhos para se chegar à conversão pessoal.

No Brasil, os protestantes, ou evangélicos, chegaram no século XIX, através do comércio, da formação de colônias alemãs, e, principalmente, da atividade missionária. Porém, o movimento evangélico brasileiro só passou por um crescimento vertiginoso nas últimas três décadas do século passado, e foi alçado à protagonista no cenário político nacional devido à sua grande contribuição para eleição do presidente da República no pleito de 2018. Desde então, pautas ligadas aos interesses evangélicos têm ganhado espaço na agenda governamental, fortalecendo a retórica de que o Brasil é um país cristão e que, portanto, deve ser combatido tudo aquilo que destoa da moral e da fé cristã.<sup>2</sup>

Com isso, infelizmente, se observou o avanço da intolerância religiosa, em especial contra as religiões de matriz africanas ao mesmo tempo em que vem sendo reforçado discursos que negam a existência do racismo no país, e por consequência, a necessidade de políticas públicas voltadas para o seu combate.

Por isso a singularidade da comunidade do Mel da Pedreira de ser um remanescente quilombola, reconhecido e com terras tituladas, que mantêm uma identidade religiosa predominantemente protestante, mas que busca resgatar e valorizar sua ancestralidade africana, se torna interessante para trabalhar em sala de aula e desenvolver, a partir da experiência deles, debates que auxiliem na superação do racismo e da intolerância.

---

<sup>2</sup> *Convém enfatizar que os evangélicos são um grupo heterogêneo e bastante dinâmico, sendo que muitos não aderiram a pautas reacionárias.*



Assim, esse caderno pedagógico surge no intuito de auxiliar o professor no cumprimento da lei 10.639/2003, que estabelece o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na rede básica de ensino brasileiro, ao trazer sugestões de aulas, textos introdutórios, boxes informativos, linha do tempo da comunidade e bibliografia recomendada, bem como letras de músicas, fotos e relatos de moradores para serem explorados como fontes históricas. Desta maneira, estaremos levando para dentro da sala de aula temas debatidos a partir das experiências vividas pelas mulheres e pelos homens daquela comunidade tão comum, mas ao mesmo tempo, tão única.

Sendo o intuito deste caderno facilitar o trabalho do professor, optou-se por adotar uma escrita direta sem muitas citações e referências para que o texto ficasse mais fluído e a leitura mais agradável. No entanto, caso haja interesse por conhecer melhor as discussões aqui apresentadas, sugerimos a leitura da parte dissertativa deste trabalho que corresponde ao produto elaborado para a conclusão do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), na Universidade Federal do Amapá.

Ao fim cada aula estará listada como leituras recomendadas as principais referências bibliográficas utilizadas na aula em questão, ao fim do caderno pedagógico estará a lista completa de obras consultadas para elaboração deste trabalho.

Como os planos aqui apresentados são sugestões, o professor deverá atentar para a necessidade de possíveis adaptações para aplicação em suas turmas. Elas poderão ser trabalhadas de forma independente umas das outras, mas para garantir melhor compreensão sobre a comunidade do Mel da Pedreira, faz-se necessário a leitura integral do material, pois em cada aula será desenvolvido uma temática específica. Ressaltamos ainda, que embora não tratemos da lei 11.645/2008, sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena, o conceito de afroindigenismo (a ser desenvolvido ao longo deste caderno) permitiria uma aproximação entre as normas legislativas.

# ORIENTAÇÕES PARA USO DESTE CADERNO

---



Nosso caderno foi escrito pensando no uso tanto pelo professor, quanto pelo aluno. Assim, os textos que o compõe podem também ser compartilhado em sala de aula, atividades para casa ou em aulas remotas.

A versão que apresentamos aqui, no entanto, se dirige ao professor e dispõe de recursos práticos para a preparação e execução da aula.

Cada plano se divide em três partes: primeiro a *Introdução*, que tem por função despertar o interesse e atrair a atenção do aluno para o aprofundamento sobre o tema. A segunda parte é o *Desenvolvimento*, onde o assunto será desdobrado com maior cuidado e profundidade. E na terceira, a *Conclusão*, segue o fechamento da aula com a proposta de atividade. Por último temos a seção de Leituras Recomendadas, que serve como referencial bibliográfico principal para a elaboração da aula. É recomendada a leitura, mesmo que parcial, dos trabalhos recomendados, pois isto poderá ampliar a capacidade de execução da aula.

Em algumas aulas há orientações adicionais considerando a especificidade do plano elaborado. Reforçamos, também, a autonomia do professor que é livre para se apropriar deste material e adapta-lo livremente no que julgar conveniente para o bom andamento da aula e levando em consideração o perfil da classe e as condições materiais da escola.

Em nosso caderno pedagógico escolhermos utilizar apenas os códigos da BNCC, seguindo a prática comum para a elaboração de plano de aula, assim o professor deve consultar a Base para se certificar de qual competência e habilidade será trabalhada em aula. Relembramos aqui, os significados de letra e número no código BNCC:



a formação do quilombo

a formação do quilombo

AULA

1



# A FORMAÇÃO DO QUILOMBO

1

Conhecidos como refúgio para fugitivos do sistema escravista brasileiro, os quilombos se configuram como comunidades campesinas negras com histórico de resistência na luta racial, cuja existência é legalmente amparada no país desde a promulgação da Constituição de 1988.

O alargamento da compreensão do que seria um quilombo para abranger comunidades rurais negras se dá pelo reconhecimento do modo pelo qual o racismo operou a negação e o afastamento daqueles elementos que eram ligados ao passado escravista nacional, e a forma pelo qual este afastamento foi absorvido pela população negra na tentativa de mitigar os danos sofridos ao longo de três séculos de exploração.

A comunidade Mel da Pedreira teve seu reconhecimento como quilombo partir desta compreensão, pois formou-se com a chegada de Antônio Bráulio Souza e Auta Augusta, que adquiriram aquelas terras para ali se estabelecerem com a família e para trabalhar na agricultura.

O casal advém de outras comunidades negras próximas, Bráulio era morador do Ambé, mas após casar-se com Auta Augusta, que vinha da região do Campaneiro, se mudam para São Pedro dos Bois, onde residem por algum tempo até seu Bráulio comprar de seu primo as terras conhecidas como Ressaca do Mel. Ao constituir um novo povoado, o casal manteve os vínculos de sociabilidade com os lugares de origem.

## A ESCRAVIDÃO AFRICANA NO AMAPÁ

A presença africana na Amazônia remonta ao século XVI quando se dá a fundação de Belém do Pará, contudo, nesse primeiro momento a região não era regular ou suficientemente abastecida com mão de obra, o que gerava reclamações dos colonos junto às autoridades portuguesas e conflitos entre os mesmos e as missões das ordens religiosas.

No Amapá, destaca-se o período pombalino (1750 - 1777) com seu plano de ocupação das terras à margem esquerda do Amazonas, para onde foram deslocados contingentes de trabalhadores escravizados indígenas e africanos que deveriam atuar na produção de alimentos (plantio de arroz) e na construção da fortaleza de São José de Macapá (1764 - 1782).

O relato de fuga foi constante durante todo o século XVIII e XIX, sendo que pelo fato de a região ser área de disputa com a França, o que dificultava ações de recaptura, muitos negros vindos da Guiana Francesa e do Grão-Pará, somavam-se aos fugitivos locais para a formação de quilombos.

Os laços familiares, portanto, são extensos e os conecta, inclusive, ao outro lado da fronteira com a Guiana Francesa, o que ecoa tempos passados, quando as terras hoje amapaenses eram o destino de fuga de trabalhadores escravizados tanto da Guiana Francesa quanto do Estado do Grão-Pará, por causa do território disputado entre França e Portugal/Brasil. Essa dinâmica territorial que não reconhece as fronteiras traçadas em gabinetes distantes encarna em sua experiência a riqueza da troca cultural ocorrida em terras amazônicas a partir do contato entre indígenas e africanos, que então, compartilhavam uma mesma tragédia: trabalho compulsório e escravidão.

Deste contato, comum em locais onde se desenvolveram quilombos, surge o que chamamos de Afroindigenismo, ou seja, comunidades negras que não apenas preservam sua ancestralidade africana, mas que também incorporaram saberes e práticas indígenas.

Assim, seu Bráulio e dona Auta, estão inseridos nessa dinâmica cultural e a levaram consigo ao iniciar a ocupação do Mel da Pedreira.

Ele era um renomado pajé na região, que segundo relatos de sua própria mãe, teria sido separado para esse fim ainda no ventre materno, pois, contava ela, o filho se agitava de forma incomum durante a gestação, o que seria indicativo do futuro ofício do menino.

Na prática da pajelança, seu Bráulio incorporava encantados que o guiavam na arte de curar os enfermos que lhe procuravam vindos das redondezas, e por vezes, até de localidades distantes. Cumpria assim, função fundamental, pois garantia à população local o cuidado necessário em momentos de adoecimento.

Essa dinâmica comunitária do Mel foi alterada ao receber mais um elemento, que se chocaria às práticas religiosas afroindígenas ali predominante. Em 1969, Benedito Melo Cirilo, conhecido como seu Biló, o genro de seu Bráulio e dona Auta, adere à uma nova denominação religiosa, o presbiterianismo<sup>3</sup>, e com a permissão do sogro leva seu pastor a para uma visita.

Da visita pastoral ocorreu a conversão do patriarca da comunidade à fé protestante, algo que já teria sido previsto pelas entidades que seu Bráulio incorporava, e que levou ao abandono de seu ofício de pajé e ao

---

<sup>3</sup> Vide glossário.

distanciamento de práticas consideradas inadequadas pela igreja a que aderiria.



## Localização

A comunidade do Mel da Pedreira está localizada a beira de um lago que a conecta a outras localidades na região, e que fazem parte do vale do rio Pedreira, rio que drena as águas do lago e dos alagados próximos.

Estando a cerca de 45 Km de Macapá, possui fácil acesso a partir da BR 210, contando apenas com um curto ramal não asfaltado, que faz a ligação da rodovia com a comunidade.

Como fruto de atividade missionária de igrejas do Estados Unidos no século XIX, o presbiterianismo brasileiro possuía compreensão hostil à religiosidade afroindígena, o que levou que mesmo o Marabaixo desaparecesse do Mel.

No entanto, o trabalho evangelístico se espalhou pela comunidade que findou por abraçar por completo a identidade protestante, o que lhe concedeu uma característica única entre as comunidades quilombolas no Amapá, e a tornando objeto de interesse de inúmeros pesquisadores. Em 2004, após uma visita do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-AP), os moradores do Mel da Pedreira foram provocados a se reconhecerem como remanescentes de quilombo. Por não haver grandes entraves, nem necessidade de desapropriações, em 2007 as terras pertencentes ao quilombo foram tituladas. Isto permitiu-lhes uma fecunda reflexão que acarretou na valorização e retomada de certas características ancestrais, sem abandonar o presbiterianismo. É a partir deste quadro que trazemos a seguinte sugestão de aula

# SUGESTÃO DE AULA

**Material:** computador; Datashow, caixa de som.

**Duração:** 100 minutos

**Objetivo:** Contextualizar a formação da comunidade quilombola Mel da Pedreira à luta de resistência negra.

Código BNCC: EM13CHS104

**Introdução:** (10 min.)

- Ouvir a canção “Caminhando estou para Canaã”, com auxílio da letra. Para melhor compreensão, recomenda-se repetir a canção. A música é composição original de membros da comunidade.

- Solicitar que os alunos respondam o questionário abaixo, sendo que o objetivo é fazer os alunos perceberem que a canção faz referência à história do Êxodo de Israel do Egito liderados por Moisés.

- 1 A que história a canção faz referência?
- 2 Como esta história se relaciona à experiência do povo negro no Brasil?
- 3 No contexto da resposta acima, onde seria a Canaã para os cantores? Justifique.

**Desenvolvimento:** (60 min.)

- Com auxílio do slide apresentar quilombo na brasil colônia (20 min.) Aqui os quilombos devem ser apresentados como espaço de resistência à escravidão, lugar onde se operou o encontro com a cultura indígena. Dar especial atenção para escravidão no Amapá.

- Explicar como as comunidades pós-abolição são quilombos (20 min.) Aqui deve-se relacionar o conceito de quilombo estabelecido pelo Decreto com comunidades campesinas negras com situação dos negros após o 13 de Maio.

Falar sobre a origem do Mel (20 min.)

Contextualizar a origem da comunidade do Mel da Pedreira aos tópicos acima abordados, considerando a existência das demais comunidades negras próxima. A região seria a Canaã a que a canção do início se refere?



**Conclusão:** Atividade (30min)

- A Lei Aurea pôs fim a mais de três séculos de escravidão no Brasil, porém chegou com atraso, pois grande parte da população negra já era livre. Além disso, a lei continha apenas dois artigos e se silenciava quanto às reparações e indenizações às vítimas da escravidão.

Portanto, apesar da importância da Lei Aurea, ela foi limitada em seus efeitos práticos, tendo levado mais cem anos até que, em 1988, a nova constituição reconhecesse o direito à terra da população negra remanescente de quilombolas.

- O objetivo da atividade é levar o aluno a compreender a importância das legislações que buscam combater a desigualdade racial no país. Para isso, deverão ler os documentos selecionados seguindo o roteiro indicado. Se o professor julgar conveniente, ele poderá acrescentar outros documentos para leitura e adaptar o roteiro para sua turma.

**Roteiro para leitura de documento:**

- Que tipo de documentos são esses?
- Quem os produziu?
- Quando foram produzidos?
- A que fim de destinavam?
- Qual o seu teor?

Após a leitura roteirizada, responder o questionário, que pode ser alterado de acordo com o que o professor julgar adequado:

**Questionário:**

- 1 Que relação há entre o primeiro e o segundo documento?
- 2 Que importância ambos possuem para o combate à desigualdade racial no Brasil?
- 3 Como os dois documentos poderiam ser relacionados à formação do Quilombo do Mel da Pedreira?

As imagens a seguir são ilustrativas, devendo ser baixadas em alta qualidade pelos links fornecidos.

## Documento 1



Link: Lei Áurea | Lei Áurea, assinada pela Princesa Imperial Regen... | Flickr

## Documento 2



Presidência da República  
Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003.

Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV e VI, alínea "a", da Constituição e de acordo com o disposto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

DECRETA:

Art. 1º Os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, serão procedidos de acordo com o estabelecido neste Decreto.

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. [Vide ADIN nº 3.239](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm#:~:text=D%C3%A9creto%20N%C2%BA%204.887%2C%20DE%2020,Ato%20das%20Disposi%C3%A7%C3%B5es%20Constitucionais%20Transit%C3%B3rias)



a identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodeclaração da própria comunidade.

As terras das comunidades dos quilombos serão utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

As terras, serão levadas em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada redimental.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm#:~:text=DÉCRETO%20N%C2%BA%204.887%2C%20DE%2020,Ato%20das%20Disposi%C3%A7%C3%B5es%20Constitucionais%20Transit%C3%B3rias](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm#:~:text=D%C3%A9creto%20N%C2%BA%204.887%2C%20DE%2020,Ato%20das%20Disposi%C3%A7%C3%B5es%20Constitucionais%20Transit%C3%B3rias).

Leia com o Celular

### Extra:

### Caminhando estou para Canaã

Quebraram-se os grilhões  
Das minhas mãos romperam-se  
As cadeias dos meus pés  
Um grande mar se abriu diante  
De mim e os inimigos não me  
Alcançaram

*Coro: Caminhando estou, para  
Canaã (2x)*

Caminhando estou para Canaã  
Haja o que houver seja o for  
Nem deserto, nem gigantes  
Conseguirão me intimidar  
*Coro: Caminhando estou para Ca-  
naã (2x)*

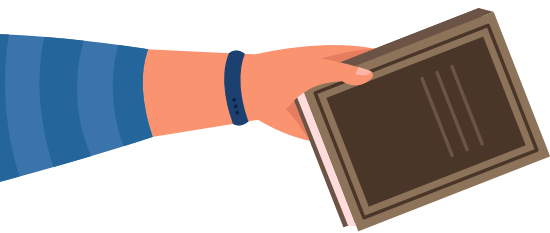
Haja o que houver seja o for  
Nem deserto, nem gigantes  
Conseguirão me intimidar  
*Coro: Caminhando estou para Ca-  
naã (2x)*

Eu vou viver restituição (2x)  
Na terra que mana leite e mel  
Eu vou para Canaã (2x)  
[Repete estrofe]

*Coro: Caminhando estou para Ca-  
naã (2x)*

Quebraram-se os grilhões  
Das minhas mãos romperam-se  
As cadeias dos meus pés  
Um grande mar se abriu diante  
De mim e os inimigos não me  
Alcançaram

Eu vou viver restituição (2x)  
Na terra que mana leite e mel  
Eu vou para Canaã (2x)  
[Repete estrofe]  
Eu vou pra Canaã 4x



### Leituras indicadas:

CUSTODIO, Elivaldo Serrão. **Comunidade quilombola Mel da Pedreira no Amapá**: religiosidade como eixo de identidade religiosa. Tese de doutorado. Faculdade EST. São Leopoldo, 2017.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. Claroenigma, 2015.

NASCIMENTO. Bruno Rafael Machado. “**Ouzarão vir furto descaradamente, e buscar novos companheiros, quando ouzavão até por fogo nas às Cazas**”: escravizados em fuga na vila de São José de Macapá. In: Revista de História UEG. Morrinhos, v.9, n.2, e-922024, jul./dez. 2020.

SOUZA, Ana Kelly Vasconcelos Franklin. Mel da Pedreira: um quilombo protestante na Amazônia. Dissertação de mestrado. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

# religiosidade

## religiosidade

# AULA

# 2





## RELIGIOSIDADE

A pajelança<sup>4</sup> é uma prática religiosa bastante difundida na Amazônia e demonstra a permanência da cultura indígena mesmo em grandes centros urbanos como Belém, Santarém ou Macapá. Nela o pajé tem o papel de ligação entre o mundo espiritual, dos encantados e encantarias, e o mundo físico; tendo adquirido seus conhecimentos de um pajé mais antigo ou diretamente das entidades que incorpora durante os ritos religiosos, ele exerce seu ofício de cura com base naquilo que a natureza fornece: ervas e plantas.

Os adeptos da pajelança não se veem como membros de uma religião distinta, mas se reconhecem, geralmente, como católicos. São, por isso, parte do que chamamos de catolicismo popular, que com seus festejos, procissões e devoção aos santos, se caracteriza pelo distanciamento da hierarquia e da doutrina oficial da Igreja Romana, sendo uma expressão da religiosidade leiga.

Neste sentido, seu Antônio Bráulio de Souza foi um pajé que gozou de certo reconhecimento local, pois recebia a visita de moradores de localidades próximas; em suas práticas utilizava ervas que encontrava nas matas da redondeza e incorporava entidades que o guiavam na arte da cura, porém sem nunca abandonar o catolicismo e a devoção aos santos, sendo devoto de Santo Antônio.

Os meios que seu Bráulio utilizava são conhecidos entre os praticantes da pajelança na Amazônia: orações e reza, defumação, benzimento<sup>5</sup> com ervas. Para defumação, o mais usado era o cigarro de tauari, árvore comum na região.

Conforme o próprio dizia, lembrando o que lhe contava a mãe, ele teria sido separado para essa atividade quando aquela ainda o carregava na barriga. Sobre isso, um de seus filhos conta:

*O Pajé é escolhido por um sinal. Algo sobrenatural. Meu pai chorou na barriga da minha avó. Esse foi o sinal. Ele já nasceu Pajé. Seus poderes foram reconhecidos desde criança. O choro na barriga da minha avó foi o sinal do seu chamado. E ele atendeu a este chamado até se converter ao protestantismo e converter o quilombo, em 22 de maio de 1968. (GOMES, 2017)*

---

<sup>4</sup> Vide glossário.

<sup>5</sup> Vide glossário.

Tal relato encontra-se em conformidade com os costumes da pajelança amazônica, onde o futuro pajé pode ser escolhido pelos encantados antes mesmo de nascer, o que o torna um pajé de nascença, em oposição aos pajé de agrado, aqueles que são acolhidos um pajé já idoso e que lhe repassa tudo o que sabe e que acaba por agradar as entidades, que o aceitam para o ofício.

No Curiaú, também área quilombola no município de Macapá, e não muito distante do Mel da Pedreira, podemos observar o relato similar por parte de uma benzedeira já idosa, dona Iracema da Silva, quando perguntada sobre as origens de seus dons:

*Foi de nascença! Quando a minha mãe estava grávida, eu chorei dentro da minha mãe. Eles estavam todos na sala reunidos, a minha avó, e eles escutaram o choro de uma criança, a minha vó ficou... “A Isabel já teve esse moleque, essa menina?”. Disseram: “Mãe ela não gritou, não fez nada”, e foram ver, a minha mãe estava deitada, aí a minha vó falou: “Meu Deus, a criança chorou dentro da minha filha!”, aí ficaram naquele negócio, sabe?! Inclusive, ela falou para a parteira que quando fosse o dia de me pegar, que não era para ela se admirar, entendeu?! De alguma coisa que eu pudesse fazer na hora do parto [entrevista concedida em 07/04/18]. (BEZERRA, CUSTÓDIO, VIDEIRA, 2020)*

Estas passagens mostram a noção de missão divina e espiritual mantida pelos pajés, que sendo escolhidos pelas entidades e devendo seguir seu chamado e sua vocação, não cobram de seus pacientes pelas rezas, curas e benzimentos que fazem, antes mantem um trabalho principal que lhes garanta o sustento, recebendo por sua arte apenas uma compensação que depende da condição financeiras daqueles o procuram.

Se Bráulio foi separado para o ofício de pajé desde antes do nascimento, seu afastamento também foi previsto pelas entidades, quase em tom de resignação frente a uma força/poder superior, como se percebe na fala abaixo de um dos filhos de seu Bráulio e dona Auta:

*Antes de maio de 1968, uns mensageiros que baixavam nele né, e um entre ele se chamava Esmeraldo ele era o mensageiro da família [...] um certo dia ele baixou lá no pai né e dizendo pra minha mãe ele chamava de minha ama, ele disse assim: minha ama vocês vão nos abandonar, e a mamãe era fanática por aquelas coisas, nem diga uma coisa dessa e tudo, vão nos abandonar, vocês estão saindo vocês então saindo de uma ponte velha quebrada e vocês estão entrando numa pista linda, e quando vocês chegarem nessa pista linda vocês vão nos abandonar [...] (CUSTÓDIO, pag. 152)*

Percebe-se nesta fala preservada na oralidade, uma característica importante valorizada pela experiência de conversão evangélica: o testemunho de espíritos sobre o próprio Evangelho, aqui entendido como a “pista linda”.

Presente na comunidade quilombola Mel da Pedreira em suas origens, a prática da pajelança, foi sendo abandonada após os moradores terem aderido ao presbiterianismo, denominação evangélica protestante com origem na reforma religiosa de Calvino, no século XVI, e influência dos movimentos avivalistas dos Estados Unidos no século XIX.

É importante destacar que quando ocorreu a transição entre a religiosidade afroindígena para a protestante, houve abandono de práticas e adesão a novas, mas operou-se na comunidade uma resistência que preservou certas características da religiosidade típica africana, como a espontaneidade e alegria, e, uma religiosidade mais participativa. Além disso, sendo seu Bráulio um curador e benzedor que dava assistência às pessoas de comunidades próximas, ao se converter manteve a liderança espiritual, e o trabalho protestante iniciado ali passou a tanto a evangelizar outros quilombos da região, quanto a receber alguns desses convertidos.

Ainda que as características acima citadas possam ser insuficientes para caracterizar a existência de uma religiosidade ancestral africana, consideramos elas contrastante com o culto protestante tradicional, que possui uma liturgia mais rígida, cânticos importados em ritmos destoa-antes dos encontrados no país e, relativamente, pouca participação dos crentes. Portanto, a forma de cultuar no Mel da Pedreira pode reter, sobre certas perspectivas, pouco de africanidade, mas ao se distinguir do padrão protestante tradicional, manifesta, de maneira própria, suas raízes africanas<sup>6</sup>. A fé protestante chegou ao Mel da Pedreira através do genro de Bráulio e Auta, Seu Biló, que teve contato com uma bíblia na casa de sua mãe, em Macapá. A partir do interesse desperto pela leitura do livro sagrado e do encontro que teve com uma mulher presbiteriana que o convidou para ir à igreja a qual frequentava. Na primeira visita à igreja seu

---

<sup>6</sup> Estes fatores são, inclusive, indicados como uma das causas do pentecostalismo ter tido maior adesão das comunidades negras brasileiras do que o protestantismo tradicional. O movimento pentecostal teve origem em igrejas negras nos EUA e se caracteriza por ser um movimento carismático. Hoje existe uma pequena igreja pentecostal da Assembleia de Deus no Mel da Pedreira.



Benedito foi acompanhado de sua esposa e de um primo, ali os três se convertem.

Voltando a comunidade do Mel da Pedreira, aonde residia, Benedito, conhecido como seu Biló, confrontou o sogro desafiando seu santo de devoção. Após algum período de reflexão, seu Bráulio consente em que o genro organize um culto no local com a presença do pastor da igreja presbiteriana. É então, que no ano de 1968, seu Bráulio adere ao protestantismo, sendo seguido posteriormente, pelos demais membros da família. Se concretiza, assim, a profecia do encantado.

Com a conversão da comunidade ao protestantismo, o pastor da igreja presbiteriana passou a dar assistência na comunidade. Mensalmente ia até para realização de atos pastorais, como batismo e profissão de fé, se houvesse, mas principalmente para a ministração da Santa Ceia<sup>7</sup>.

A igreja presbiteriana foi o primeiro templo construído na localidade, visto que antes apenas havia um oratório na casa de Bráulio e Auta, onde ficavam as imagens dos santos. As sessões de pajelança ocorriam na própria residência do casal, e serviços religiosos católicos eram supridos nas capelas de São Pedro dos Bois e Ambé.

A instrução religiosa feita pelo pastor presbiteriano seguia a tradição protestante de centralidade da Bíblia, a qual devia ser lida, estudada e pregada nos cultos. A introdução nova doutrina acarretou uma mudança de identidade nos moradores do Mel, que passaram a se enxergar como protestantes e, assim, diferente das comunidades próximas. Consideramos essa nova identidade como afroprotestante<sup>8</sup>.

A exclusão da africanidade dos momentos religiosos na comunidade após a conversão da mesma ao presbiterianismo se deve pelo fato das igrejas evangélicas tenderem a enxergar elementos religiosos africanos como demoníaco, desconfiando assim de elementos que lembrem cultos de matriz africana.

Se a adoção da nova fé trouxe perdas no que tange a manutenção de parte de sua herança afroindígena, foi responsável pela inserção de uma nova dinâmica social. Há muito o cristianismo protestante é tido como agente modernizador, por seu apelo a educação e sua ética do trabalho.

O pesquisador Elivaldo Custódio, em sua tese de doutoramento, elencou, após entrevista com membros da comunidade, algumas mudan-

---

<sup>7</sup> Vide glossário.

<sup>8</sup> Vide glossário.

ças positivas advindas da adoção do protestantismo segundo os próprios moradores: a interrupção tanto das práticas religiosas católicas quanto afroindígena, a exemplo das missas, veneração de santos e in-

## **PRESBITERIANISMO NO AMAPÁ**

O presbiterianismo foi uma das primeiras denominações protestantes a iniciarem um trabalho missionário voltado para a conversão de brasileiros, em 1859. Apesar disso, foi apenas no início do século XX que fundaram as duas primeiras igrejas na Amazônia, ambas 1904, e situada nas duas maiores cidades da região, Belém e Manaus. No Amapá, o presbiterianismo chega em 1949, no contexto da instalação do Território Federal do Amapá e da política modernizadora de seu primeiro governador, Janary Gentil Nunes.

Teve crescimento considerável em seus primeiros anos contando especialmente com o contingente de trabalhadores atraídos pelo crescimento da região impulsionado pelas obras promovidas pelo governo territorial e pelo governo federal.

Com forte apelo missionário, promoveu-se rapidamente a interiorização do presbiterianismo, alcançando Serra do Navio, localidades do Marajó e, claro, o Mel da Pedreira.

corporações; o abandono do consumo de álcool e tabaco; a adoção de um código de ética e moral condizentes com a nova fé; a diminuição de brigas e desentendimentos familiar devido ao não consumo de bebidas alcoólicas; maior aproximação de Deus, devido os cultos e a leitura da Bíblia; e, também, prosperidade financeira.

Assim, os próprios quilombolas apontam mudanças positivas com a adoção da nova fé, mas que também podem ser percebidas como distanciamento de parte de seus costumes de origem, por exemplo: o abandono do consumo de bebidas alcoólicas, que sanou o problema do alcoolismo, mas acarretou a perda do costume ingestão de gengibirra, bebida típica das comunidades negras no Amapá.

Ademais, os quilombolas do Mel da Pedreira se constituíram como importantes agentes missionários, pois evangelizaram não apenas as áreas em torno, como São Pedro dos Bois, Ambé, Rosa e Tessalônica, como também foram responsáveis pela fundação de igrejas na área urbana de Macapá.

# SUGESTÃO DE AULA

**Material:** computador; Datashow, caixa de som.

**Duração:** 100 minutos

**Objetivo:** Compreender as características da religiosidade afroindígena em hibridismo cultural com o protestantismo.

Código BNCC: EM13CHS502

**Introdução:** (20 min.)

- O professor tomar especial atenção ao iniciar a aula devido a sensibilidade do tema. Embora a intenção da aula seja combater o racismo e a intolerância religiosa, devemos estar cientes dos preconceitos que os alunos podem trazer consigo e de como eles podem interferir no bom andamento da aula.

- Propor aos alunos seguinte roteiro para assistir/analisar ao vídeo:

- 1 Quando os pajés são escolhidos para essa atividade?
- 2 Como foram as primeiras manifestações espirituais do pajé?
- 3 As entidades são todas iguais ou diferenças entre como elas se manifestam?

- 4 Qual tradição o pajé segue?

- 5 Quais instrumentos o pajé usa em suas práticas rituais?

- Exibir o vídeo Pajelança, disponível no You Tube pelo link: <https://youtu.be/DFaug8OzBAC>

- Dialogar com a turma sobre a compreensão do vídeo, tomando por base o roteiro de análise.

**Desenvolvimento:** (45 min.)

- Com auxílio dos slides explicar o que é a pajelança e o conceito de afroindigenismo.

- Apresentar a história de seu Bráulio como pajé, e o posterior abandono da prática.

- Analisar as rupturas e continuidades entre a fé protestante e a religiosidade afroindígena.
- Enfatizar a presença de elementos africanos em cultos evangélicos.

### **Conclusão:** Atividade (35 min.)

Apesar do modo de vida amazônico esteja carregado da religiosidade afroandígena esta ainda sofre muito preconceito devido suas práticas serem demonizada.

Assim, para combater a desinformação e o preconceito, sugerimos como atividade a produção de postagens para o Instagram abordando a pajelança e religiosidade Mel da Pedreira.

Essa atividade tem como objetivo levar os alunos a perceberem, de um lado, que discriminação de uma determinada matriz religiosa não é natura, e, por outro lado, atentarem para como a religiosidade negra também penetra em diferentes igrejas.

## **Post Instagram**

---

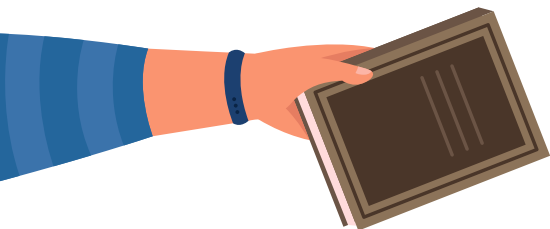
Dividir a turma em grupos: preferencialmente, permitir que os próprios alunos organizem seus grupos.

Distribuir temas para os grupos: preferencialmente, os alunos devem eles próprios pensarem em temas para elaborarem seu post. Se, porém, eles apresentarem dificuldades, sugerir os seguintes temas:

- a) O que é Pajelança?
- b) A importância da pajelança na Amazônia.
- c) Igreja protestante no Mel da Pedreira.
- d) A cultura negra nas igrejas.

Deve-se permitir que os alunos exerçam o protagonismo na condução de toda atividade, por isso, incentiva-los a se organizar em grupos e escolher seus temas. Essa autonomia do aula é incentivada pelas escolas de Tempo Integral.

O professor deve iniciar a atividade em sala e acompanhar seu desenvolvimento pelo prazo que julgar adequado. Ao final, os trabalhos em forma de post deverão ser postados no Instagram da Escola.



## Leituras indicadas:

BEZERRA, Moisés; CÚSTODIO, Elivado; VIEIRA, Piedade. “Se eu não fizer o bem, o mal não faço!”: o sagrado afroindígena vivenciado pelas benzedei-ras do quilombo do Cria-ú no Estado do Amapá. In: **Rever**. Vol. 20, nº 2. São Paulo, 2020.

MAUES, Raymundo Heraldo. Catolicismo e xamanismo comparação en-tre a cura no Movimento Carismático e na pajelança rural amazônica. In: **Ilha Revista de Antropologia**. Vol.4, nº 2. Santa Catarina, 2002.

OLIVEIRA, Marco Davi. **A religião mais negra do Brasil**: Por que os ne-gros fazem opção pelo pentecostalismo? Minas Gerais, Editora Ultimato, 2015.



**o marabaiço no Mel da Pedreira**

o marabaiço no Mel da Pedreira

# AULA 3



## O MARABAIXO NO MEL DA PEDREIRA

O Marabaixo, desenvolvido pelas comunidades negras do Amapá, rememora a história dos primeiros negros no Amapá em seus passos de dança, instrumentos de percussão e tradições. Realizado especialmente em dias de festas, geralmente em honra do santo padroeiro da localidade que celebra, tem ritmo marcado pela caixa (tambor) de Marabaixo, refrão repetido em coro, sendo dançando com os pés arrastados e passos curtos que fazem referência aos antigos grilhões que os prendia. As roupas das mulheres se compoem de belos vestidos muito coloridos, floridos e rodados com frisados nas saias, enquanto os homens usam calças dobradas até a canela e blusa de botões igualmente florida e colorida.

Seus versos chamados de “ladrões” fazem referência a acontecimentos vividos nas comunidades e derivam daí seu nome, pois eles “roubam” momentos fugazes da vida e a eterniza em cantos ritmados

Portanto, o Marabaixo é a mais importante manifestação cultural negra do estado do Amapá, elevado a patrimônio cultural e símbolo da herança africana nas terras amapaenses. Por isso, observar a presença do Marabaixo na comunidade do Mel da Pedreira mostra como esta se empenha em preservar aquela que é muito mais que um ritmo ou dança.

No Mel da Pedreira o Marabaixo era uma atividade recorrente, acontecia tanto na casa de seu Bráulio e dona Auta, quanto nas comunidades próximas de São Pedro dos Bois e do Ambé, com quais tinham laços de parentescos e amizades.

### RÁDIO NO AMAPÁ

A primeira transmissão de rádio no Amapá se deu em 1946, com a criação da Rádio Difusora, sob ordens do governo Territorial, o que atendia aos anseios modernizantes da época e servia para a divulgação das ações governamentais do território e do país. As rádios costumam transmitir além de músicas, que penetram nas comunidades influenciando seus gostos e seu fazer musical, orientação de saúde e cidadania, anúncios de festas, programas religiosos e, também, mensagens pessoais para ouvintes específicos, como, por exemplo, notícia de familiares. Alguns podem até menosprezar a importância que a rádio possui como meio de comunicação, mas em uma região tão vasta como a Amazônia onde depende-se do ritmo das águas para percorrer grandes distâncias, o rádio se torna a principal conexão de comunidades longínquas com a cidade, com o país e com o mundo.

Embora o Marabaixo fosse predominante no Mel, a influência do rádio fez chegar novas referências musicais e a inclusão de novos instrumentos musicais, como o violão, por exemplo. Posteriormente, quando a transição religiosa tiver se efetivado, serão estes instrumentos novos que ocuparão o destaque musical na comunidade.

Contudo, nem sempre se pode ouvir as batidas das caixas de Marabaixo ressoando na comunidade do Mel da Pedreira, pois sua prática foi duramente afetada pela adesão ao protestantismo, tendo sido abandonada por ser associada, de um lado às festividades de santos católicos, e de outro, às práticas dos cultos de religiões de matriz africana.

Porém, a mudança da musicalidade no quilombo não ocorreu exclusivamente pela presença do protestantismo, mas também por influência do rádio, pois antes mesmo da introdução da fé reformada ali, as ondas radiofônicas levaram para a comunidade ritmos como o chorinho e a bossa nova, que foram os responsáveis pela introdução ali dos instrumentos harmônicos, como o violão.

A rádio pode ser, inclusive, fator que facilitou a substituição do Marabaixo pela música cantada tradicionalmente nas igrejas presbiterianas, visto que, a comunidade tinha um repertório musical mais amplo, para absorver a nova musicalidade, e devido, também, a programas evangélicos que tocavam na rádio. Esses ritmos nacionais eram geralmente tocados em redor da fogueira em reuniões familiares após um árduo dia de trabalho. Possuía, assim, um papel importante na socialização da comunidade, pois os jovens atentos, tinham nessas rodas sua iniciação musical.

Na igreja, os cânticos entoados eram geralmente aqueles que compunham o hinário, a maioria canções norte-americanas traduzidas. Como na igreja presbiteriana de Macapá, à época, usava-se apenas o piano para acompanhar o louvor, os moradores do mel adaptaram os cânticos para o violão, utilizando como referências as músicas que chegavam pelo rádio.

O protestantismo acarretou na perda do canto à capela realizado nas sessões de pajelança de seu Bráulio, e no abandono da prática do Marabaixo. Se o primeiro não pode ser recuperado, o segundo foi resgatado e estabelecido em lugar de destaque na cultura religiosa da comunidade.



Após o processo de autoreconhecimento como quilombo e a posterior titulação de suas terras, os moradores do Mel se empenharam em fortalecer sua identidade como quilombolas resgatando e valorizando sua herança negra, que já foi questionada pelo fato de serem protestantes.

O Marabaixo hoje se constitui motivo de orgulho, estando presente nos cultos da igreja através de louvores adaptados para a batida das caixas, ou em ladrões compostos pelos próprios moradores.

## SUGESTÃO DE AULA

---

**Material:** computador; Datashow, caixa de som, artefatos do Marabaixo.

**Duração:** Dois encontros de 100 minutos cada

**Objetivo:** Compreender a importância do Marabaixo para as comunidades negras amapaenses, para então, analisar o simbolismo da retomada do Marabaixo no Mel da Pedreira.

**Código BNCC:** EM13CHS502

**Introdução:** (50 min.)

**Atenção:** Essa aula exigirá maior preparação prévia, pois será necessário contar com parcerias externas à escola. Porém, se não for possível conseguir as parcerias necessárias para realização desta aula, manter apenas o primeiro encontro fazendo o próprio professor a apresentação do Marabaixo.

- Solicitar previamente apoio do Museu do Negro, da prefeitura de Macapá, ou Museu de Arqueologia e Etnologia, do governo do Amapá.

- Ao acertar a apresentação, é recomendado a preparação de roteiro aos moldes do que foram trabalhados em aulas anteriores. Seria importante o aluno anotar: a instituição convidada, o cargo do representante, o tema da apresentação e as ideias centrais apresentadas.

- Organizar em uma sala da escola a exposição das vestimentas e instrumentos usados no Marabaixo.
- Permitir que o representante da instituição convidada faça a apresentação devida. Deve-se combinar que a fala abranja a importância do Marabaixo como patrimônio amapaense, mas enfatizando seu simbolismo para a comunidade negra.

### **Desenvolvimento (30 min.)**

Na volta para a sala, expor que os moradores do Mel da Pedreira eram devotos de Santo Antônio, em cuja festa ocorria o Marabaixo na comunidade, tendo sido extinta essa prática após a conversão ao protestantismo, e sendo retomada apenas em meados da década passada.

Permitir que os alunos formulem hipóteses, individualmente ou em pequenos grupos, sobre os seguintes questionamentos:

Por que se deixou de praticar o Marabaixo no Mel da Pedreira?

Por que sua prática foi retomada na comunidade?

Com o auxílio dos slides apresentar então a retomada do Marabaixo na comunidade, enfatizando seus momentos de uso e sua distinção em relação ao praticado em outras comunidades.

### **Conclusão (20 Min.)**

Exibir o vídeo “Percursos da Tradição”, disponível no You Tube pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=Wmud0XEqN4s&t=3s>

Após o vídeo, pedir que os alunos respondam as seguintes questões:

- 1 Que elementos novos foram introduzidos no Marabaixo do Mel da Pedreira?
- 2 Que distinções enxerga na prática do Marabaixo em outras regiões e o Mel?

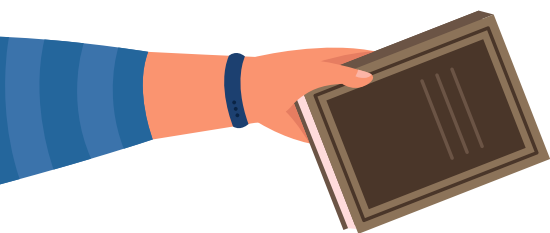
### **2º Encontro:**

Esse segundo encontro poderá ser trabalhado em parceria com os professores de artes e/ou educação física, podendo também ser adaptada e ampliada para transforma-la em um curso de eletiva nas escolas que já ofertaram o ensino de tempo integral.

Solicitar parceria com um grupo de Marabaixo para que estes possam ir à escola e oferecer uma oficina ensinando tanto a tocar a caixa de Marabaixo quanto a dança.

Após a oficina, organizar incentivar aos alunos para organizarem uma apresentação, podendo ser no intervalo, para os colegas, ou no plantão escolar para pais e responsáveis.

A partir dessa experiência, estimular os alunos na possibilidade de criarem um clube de protagonismo de Marabaixo. Isto para as escolas de tempo integral.



### Leituras indicadas:

ARAUJO, Marcos José Martins. **O Batuque e o Marabaixo Protestante: Panorama musical do quilombo do Mel da Pedreira**. Dissertação de Mestrado. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016.

IPHAN. Ministério da Cultura. **Dossiê de Registro Marabaixo**. Brasília, 2018.

MACIEL, Kerllyo Barbosa; PEREIRA, Marcos Paulo Torres; REIS, Marcos Vinicius Freitas. Ladrões de Marabaixo em Macapá: Identidade cultural, poder, história, memória e religiosidade na Amazônia amapaense. In: **Revista Caminhos**. Vol. 19. Goiânia, 2021.

**O Cotidiano Quilombola do Mel da Pedreira**  
O Cotidiano Quilombola do Mel da Pedreira  
O Cotidiano Quilombola do Mel da Pedreira

# AULA 4



## O COTIDIANO QUILOMBOLA DO MEL DA PEDREIRA

Ao chegarem nas terras recém adquiridas e que se constituiria posteriormente a comunidade Mel da Pedreira, Antônio Bráulio de Souza e Auta Augusta Ramos buscavam um quinhão onde pudessem exercer para seu próprio sustento familiar as atividades agrícolas, a criação de animais, a caça e a pesca, bem como a extração do mel que por ali se achava aos montes e que justifica o nome escolhido para a localidade. Nisto não se diferiam de tantas outras comunidades rurais da Amazônia que retiraram seu sustento da terra e da mata, obedecendo o ritmo que a natureza lhes impõe.

Este estilo de vida característico de tantas localidades amazônicas foi eternizado na canção Vida Boa (1991), de Zé Miguel, uma das composições amapaense mais conhecida e que celebra a simplicidade da vida ribeirinha dos povos da região. Zé Miguel, um dos grandes nomes da música do Amapá, é neto dos patriarcas do Mel da Pedreira, e a canção cantada por tantos amapaense representa, na realidade, a vida neste quilombo. Na letra da composição o autor descreve algumas atividades da lida diária:

*A canoa balança bem devagar  
A maré vazou, encheu, é preamar.  
O Zé vai pro mato apanhar açaí  
Maria pra roça vai capinar  
A vida daqui é assim devagar  
Precisa mais nada não pra atrapalhar  
Basta o céu, o sol, o rio e o ar.  
E um pirão de açaí com tamuatá.*

A música carrega uma representação idílica do quilombo, onde os trabalhos realizados são leves e simples provendo o alimento necessário para o dia. De forma implícita, essa tranquilidade contrasta com a agitação da cidade, onde o trabalho é explorado, e o trabalhador, ao invés de seguir pelo ritmo natural, obedece à urgência do relógio.



Embora preserve grande parte da vida pacata descrita por Zé Miguel, o Mel da Pedreira tem passado por transformações desde que conseguiu a titulação de suas terras como comunidade remanescente de quilombo, transformações essas que, por vezes, levanta conflitos entre modernização e tradição.

A Associação de Moradores do Mel da Pedreira, como entidade representativa do quilombo, tem desenvolvido parcerias, na esfera federal, estadual e municipal, que permitiram o desenvolvimento da economia local pela aplicação de novas técnicas de manejo das culturas ali produzidas, bem como a modernização da produção, como a construção de uma casa de farinha mecanizada, a escavação de tanques para criação de peixes e a aquisição de caminhão para transporte da produção. Além disso, a comunidade conseguiu acessar o Programa de Construção de Habitação Rural (PNHR), e obteve a construção de uma vila de casa.

Algo que não se limita ao valor econômico, mas tem também grande relevância simbólica é a apicultura, que tem levado a produção de mel que, com investimento do governo estadual, será envasamento na comunidade para comercialização em larga escala. Desta maneira, foi retomada e ampliada a atividade extinta que havia nomeado a comunidade.

Em decorrência da melhora das condições materiais do quilombo, muitos tem retornado permanentemente para a comunidade, revertendo, deste modo, parcialmente o processo de êxodo iniciado nos anos 1970, e contribuindo para fortalecer ainda mais os trabalhos ali realizados. No entanto, estas as mudanças também tem alterado hábitos e práticas de outrora, como a pesca e, mais fortemente, a caça, que vem sendo abandonada diante a atual facilidade para aquisição de carne.

Tamanho crescimento observado no quilombo do Mel da Pedreira demonstra a importância da elaboração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de povos tradicionais, que permitam ao mesmo tempo a manutenção de seus modos de vida e sua inclusão econômica, pois foi a partir da obtenção do laudo atestando serem remanescentes quilombolas, que puderam se organizar e estruturar para reivindicarem seus direitos ante o poder público.

A história do reconhecimento do Mel da Pedreira como quilombola data de uma visita de representantes do INCRA (Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária), que no âmbito da criação da SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), iniciou o trabalho de catalogação de comunidades que poderiam se enquadrar como quilombolas. Nessa visita, os técnicos provocaram os moradores no sentido deles se reconhecerem como remanescentes de quilombo e assim, darem início ao processo de reconhecimento e posterior titulação de suas terras.

O Mel da Pedreira se constitui como uma das únicas comunidades no Amapá a ter suas terras tituladas, em um processo considerado rápido por não ter havido maiores disputas agrárias, nem necessidade de desapropriação fundiária de terceiros.

Para iniciar o processo de reconhecimento da comunidade como quilombo foi necessário a criação da associação de moradores para os representar e formalizar o auto-reconhecimento como quilombo. Concluído todo o processo a associação passou a atuar no desenvolvimento da comunidade, aproveitando os programas específicos do governo federal para regiões rurais e/ou quilombolas. Há a intenção de se constituir uma cooperativa para aprimorar a gestão econômica, podendo assim fazer a contratação de funcionários com carteira assinada.

A dinâmica do serviço se dá através do trabalho familiar e em mutirões. Assim, cada família cuida de sua própria plantação, ou criação, mas em atividades que demandam mais mão de obra, se organizam para auxílio mútuo. Embora se diga na comunidade que não se faz distinção por gênero na hora do serviço na roça, pode-se constatar que a maior parte dos afazeres domésticos é realizada pelas mulheres, que costumavam se dedicar também ao artesanato, que hoje, com as mudanças na produção, se destina muito mais à confecção de decoração. No passado, cabia exclusivamente aos homens a caça, mas está, como já dito, tem sido abandonada.

A pesca e a caça (quando raramente feito) obedecem às normas que a própria comunidade impõe e seguem um calendário que busca garantir a reprodução da fauna local. A pesca no verão, quando o lago seca, por exemplo, só pode ser feita com caniço ou zagaia<sup>10</sup>, devendo ser evitado

---

<sup>10</sup> Vide glossário.

o uso de redes. Assim, garante-se o suprimento alimentar para a família que precisar, sem, contudo, promover grandes impactos ao meio, visto que já se percebeu a diminuição da variedade de espécies encontradas nas águas do lago.

Alguns moradores antigos, sem reclamar das mudanças ocorridas nas últimas duas décadas, lamentam a perda de certos costumes ao perceberem que as gerações mais novas desconhecem a história da comunidade e não dominam o saber fazer de gerações passadas: não sabem se guiar na mata, não sabem cercar e capturar a caça, nem manejar a espingarda; não sabem fazer as zagaias, ou as armadilhas de pesca, nem conseguem identificar o “caminho” do peixe na água. Pensando, então, em preservar parte dos saberes tradicionais, pensam em construir um museu na casa abandonada que serviu de última moradia para Antônio Bráulio de Souza.

Se lá atrás Zé Miguel cantava que “que vida boa sumano, nós não tem nem que fazer plano”, vemos que hoje os moradores do Mel carregam muitos planos para seu futuro, mas lutam, também, para preservar sua memória e tradições.

## SUGESTÃO DE AULA

---

**Material:** Mandioca em diversos preparos, raiz e ramo de mandioca; computador; datashow, caixa de som.

**Duração:** 100 minutos

**Objetivo:** Compreender a importância do cultivo em pequenas propriedades. Analisar as mudanças causadas em comunidades do interior com a inserção de novas técnicas de produção.

**Código BNCC:** EM13CHS202

**Atenção:** Esta aula poderá ser realizada em parceria com o professor de geografia trabalhando conceitos como território, conflitos rurais e etc. Também poderá ser aplicado na Trilha de Aprofundamento da Ciências Humanas e Sociais, em escolas que já tenham implantado o ensino de Tempo Integral. Ainda haveria a



possibilidade de trabalhá-la em conjunto com alguma Eletiva que esteja abordando temas como: alimentação saudável, alimentos locais, cultura indígena, entre outros.

### **Introdução:** (30 min.)

Separar dez minutos para organizar a sala para a aula com a ajuda de dois ou três alunos.

- Iniciar aula apresentado um ramo de mandioca para saber se os alunos identificam de que planta se trata.
- Apresentar a raiz de mandioca assim que acertarem, caso não tenham acertado, apresentar a raiz para que possam continuar tendo.
- Oferecer uma degustação da mandioca em preparos diferentes. Exemplos: frita, cozida, chips, farinha, tapioca, etc.
- Explicar a importância da mandioca como alimento para o brasileiro e como contribuição cultural/alimentar dos povos indígenas.

### **Desenvolvimento:** (20 min.)

Com auxílio dos slides apresentar as transformações que o quilombo do Mel da Pedreira vem passando desde que obteve o título de suas terras.

Enfatizar a importância da produção agrícola da comunidade e como é possível, com seus excedentes, abastecer a cidade.

### **Conclusão:** (50 min.)

Aplicar a metodologia de rotação de estações de aprendizagem, onde a sala é dividida em estações com atividades específicas e os grupos de alunos deverão começar ao mesmo tempo, cada grupo em uma estação e depois irem rodando, de forma a todos passarem por todas as estações.

Para saber mais sobre essa metodologia:

<https://novaescola.org.br/conteudo/3352/blog-aula-diferente-rotacao-estacoes-de-aprendizagem>



Imprima o texto em uma folha A4 e em outra folha as questões com espaço para a resposta. Recorte o texto em até cinco fragmentos e os embaralhe pela mesa. Os alunos deverão remonta-los para poder responder as questões.

Nos séculos XVI e XVII, Léry (1557), Gandavo (1570), Fernão Cardim (1584) e Brandônio (1618) registraram detalhadamente a forma de se obter essas farinhas, com técnicas aprendidas junto aos índios. Trata-se de uma atividade que parece ter sido tipicamente feminina, sendo mais tarde incorporada pelas portuguesas. Referindo-se ao aipim e à mandioca, em 1557, Jean de Léry ensina: “Depois de arrancá-las, as mulheres [...] secam-nas ao fogo[...] ou então as ralam ainda frescas sobre uma prancha de madeira, cravejada de pedrinhas pontudas [...] e as reduzem a uma farinha alva como a neve [...]. Para preparar essa farinha usam as mulheres brasileiras grandes e amplas frigideiras de barro, com a capacidade de mais de um alqueire e que elas mesmas fabricam com muito jeito, põem-na no fogo com certa porção de farinha dentro e não cessam de mexê-la [...] até que a farinha assim cozida tome a forma de granizos e confeitos”. Pero de Magalhães Gandavo, por sua vez, explica a seus leitores os cuidados necessários com certos tipos dessas raízes, que são extremamente venenosas e que, portanto, deveriam ser espremidas “da maneira que não fique do sumo nenhuma cousa por esgotar; porque é tão peçonhento e em tanto extremo venenoso, que se uma pessoa ou qualquer outro animal o beber, logo naquele instante morrerá”. [...]

Desse processo [...] indígena, as portuguesas foram tirando suas lições e aperfeiçoando-o com utensílios mais adequados, como se pode avaliar pelos objetos e construções específicas a este fim arrolados nos inventários dos colonos. Assim, o ralador de pedrinhas foi substituído pelos raladores de cascas de concha e depois pelos de ferro. O tipiti, que servia para deixar escoar o caldo da mandioca, deu lugar à prensa de fuso, instrumento agrícola português que aparece com certa frequência nos inventários seiscentistas, instalado nas famosas casas de farinha.

O mesmo sucede com as panelas de barro, substituídas pelos alguidares de ferro e cobre, ou com os fogões rudimentares construídos com simples pedras postas no chão, ou com o trempe (armação rústica de ferro sobre o fogo), que foram se transformando até chegar ao fogão de barro, de taipa de pilão e depois de tijolos.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e Vida Doméstica.  
Pág. 91-Pág. 92. Em: **História da Vida Privada no Brasil**.  
Vol.1. São Paulo, 2018

- a) Sobre qual assunto o texto trata?
- b) Quem eram os responsáveis pela produção de farinha e como ela era feita?
- c) Segundo o texto, como o conhecimento indígena contribuiu para os hábitos alimentares de portugueses e brasileiros durante a colonização?

## 2 ESTAÇÃO

Coloque em cima da mesa as duas imagens abaixo com impressão em boa qualidade, no formato A5 (metade de uma folha A4), e de preferência envelopado ou plastificado. Cuidado para manter as legendas nas imagens, pois elas irão auxiliar na resolução da atividade.

Observe e analise as imagens a seguir para depois responder o que se pede:



*Figura 1* RUGENDAS, Johann Moritz. 1830. **Preparação da raiz de mandioca.** Obra em Litografia.



*Figura 2* BROCOS, Modesto. **Engenho de Mandioca.** 1892. Óleo sobre tela.



- a) Quem são os autores das pinturas e quando elas foram pintadas?
- b) Que atividade estes artistas retrataram em suas obras?
- c) Quem são as pessoas presentes na Figura 1? E na Figura 2? hábitos d)
- d) Que semelhanças e diferenças vocês enxergam nas pinturas?
- e) Levando em consideração os anos em que foram feitas as imagens, as pessoas da Figura 1 e da Figura 2 teriam o mesmo status social?
- f) Considerado os assuntos trabalhados em sala de aula, em que tipo de comunidade eles poderiam estar na Figura 2?

Link para download das imagens:

Figura 1: <https://digitalcollections.nypl.org/items/510d47df-c9cf-a3d-9-e040-e00a18064a99>

Figura 2: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Brocos-engenho.jpg>



Imprimir o QR Code abaixo em alta qualidade, no formato A5, e de preferência envelopado ou plastificado. Fixe-o no centro da mesa e deixe à disposição dos grupos uma caixinha de som bluetooth com som já regulado. Após assistir a reportagem pelo código, deverão responder as questões

Com a ajuda do  
celular saneie o  
QR Code abaixo:



- a) Qual o assunto abordado pela reportagem?
- b) Como é a produção de farinha no Mel da Pedreira?
- c) Faça uma lista com as etapas da produção de farinha.
- d) Grave um Reels/ TikTok falando a importância do programa de incentivo à agricultura.

Link da reportagem:

Bom Dia Amazônia - AP | Mel da Pedreira: programa de incentivo agricultura investe R\$ 1 milhão no plantio de grãos | Globoplay

## 4 ESTAÇÃO

Baixar os arquivos da história em quadrinhos no perfil no Facebook do artista Honorato Júnior. Imprimir em alta qualidade, no formato A5, mas com duas paginar do quadrinho por folha. De preferência envelopar ou plastificar.

Dispor o material fora de ordem sobre a mesa para que os alunos remon-tem a sequência correta.



Figura 3 JÚNIOR, Honorato. **O Co-  
meço do Princípio.**

Os Cabuços são personagens humorísticos clássicos do Amapá que retratam as alegrias e dificuldades da vida ribeirinha. Após a leitura do quadrinho, com arte e roteiro de Honorato Júnior, usem a imaginação de vocês e desenvolvam um tira em quadrinho sobre a vida cotidiana de um jovem estudante de Macapá em visita ao interior.

Link para o quadrinho:

<https://www.facebook.com/honorato.junior.543?mibextid=ZbWKwL>



### Leituras indicadas:

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. São Paulo. Paz e Terra, 2016.  
SOARES, Liliane Rodrigues. O quilombo Mel da Pedreira – Macapá/AP: territorialidade e dinâmica sócio espacial. Em: **Planeta Amazônia**: Revista internacional de direito ambiental e políticas públicas. N. 6. Macapá, 2014.





## DIREITOS SOCIAIS

O direito quilombola às terras que ocupam foi reconhecido apenas em 1988, com a promulgação da nova Constituição, tendo sido fruto da atuação dos movimentos negros que se mobilizaram pela garantia e reconhecimento de seus direitos. Todavia, a primeira terra quilombola a ter seu título de terra outorgada só o conquistou em 1995, tendo sido o quilombo Boa Vista em Oriximiná, no oeste paraense.

A regularização da norma constitucional pelo Decreto 4.887/2003 revogou dispositivo anterior que estabelecia como comunidades quilombolas com direito à terra apenas aquelas com ocupação anterior à 1888, ano da assinatura da Lei Aurea, que permanecessem ocupadas em 1988. No entanto, o decreto de 2003 foi alvo de questionamento no Tribunal Superior Federal em uma ação de inconstitucionalidade, onde se questionava, entre os aspectos, a auto-atribuição como base para reivindicação de posse da terra.

Deste modo, o Decreto 4.887/2003 foi fundamental não apenas para garantir o acesso ao direito conquistado, mas também por estabelecer tratamento preferencial para áreas quilombolas no âmbito das políticas agrárias, como assistência técnica e financiamento de suas atividades e infraestrutura.

No Amapá, o Mel foi a terceira comunidade quilombola a receber seu título definitivo, sendo que no estado todo se contabiliza 44 localidades quilombolas até agora

### O QUE SÃO QUILOMBOS?

A palavra quilombo tem provável origem bantu (kilombo) e faz referência a comunidades guerreiras Imbangalas e suas instituições de iniciação. Outro termo utilizado no período colonial foi mocambo (mukambu) derivada dos kibundu. Porém, só em 1740 o ordenamento do Conselho Ultramarino definiu quilombo como qualquer habitação de negros fugidos, que passassem de cinco, tivessem elas lavouras e pilões, ou não.

No entanto, o fenômeno de agrupamento de negros não é exclusividade brasileira ocorrendo por toda a América, recebendo nomes distintos de acordo com a região de sua ocorrência, como cumbes, na Venezuela, e marrons, no sul dos Estados Unidos.

O reconhecimento do direito à terra só veio, porém, com a Constituição de 1988, no Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), e regulamentada pelo Decreto nº 4.887 de 2003, onde se considera remanescente de quilombolas “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.”

reconhecidas<sup>11</sup>, abrangendo oito municípios. Tendo 32 áreas reconhecidas como quilombolas, Macapá é uma das cidades brasileiras com maior número de localidades remanescentes de quilombo e é a primeira dentre as capitais dos estados, porém ainda se nota precariedade no fornecimento de serviços públicos básicos nestas comunidades<sup>12</sup>.

O Mel da Pedreira se constitui de uma comunidade pequena, contando com cerca de 42 famílias, possui uma escola que atende crianças nos anos iniciais do ensino fundamental, recebendo por vezes alunos das redondezas. Não há na comunidade, entretanto, escola de ensino médio, o que leva famílias e sobretudo os jovens, a se mudarem para a cidade atrás de estudos.

Na escola da comunidade, que leva o nome do patriarca do Mel, Antônio Bráulio de Souza, o diretor e alguns professores não são moradores do local, o que gera queixas dos residentes, pois assim, é mais difícil desenvolver projetos educacionais que atendam os anseios gerais do quilombo. Vale destacar que a luta por implantação da gestão democrática nas escolas é uma luta antiga da educação no Amapá, mas que segue sendo negligenciado pelo governo estadual.

A estrutura escolar também sofre com o descaso da Secretária de Educação (SEED), pois sendo majoritariamente de madeira, precisa de reforma que garanta segurança e conforto para os alunos e corpo técnico. A dificuldade no acesso à educação foi um dos fatores que acarretou na ida de muitas famílias para Macapá, onde haveria escolas para a conclusão do ensino não ofertado na comunidade, mas também melhor condições de empregabilidade. Assim, muitos netos e bisnetos dos fundadores acabaram construindo suas vidas fora do quilombo, alguns para lá voltando apenas eventualmente.

A assistência à saúde também é deficiente, ficando a encargo de ações pontuais desenvolvidas pela prefeitura de Macapá, pois não há posto ali. No passado, havia uma moradora que buscava medicamento em postos de saúde das redondezas e os distribuía para quem necessitasse.

Com diversas comunidades próximas, a maioria também remanescentes de quilombolas, existe a questão do uso das terras que cerca o local. Em algumas localidades amapaenses o plantio de soja vem tem des-

---

<sup>12</sup> Para consultar dados sobre distribuição de comunidades remanescentes de quilombolas no Brasil, conferir o Educa IBGE, disponível em: *Quilombolas no Brasil | Educa | Jovens - IBGE* (acesso 15/11/2022)

pertado preocupação com possíveis conflitos agrários devido a contaminação dos mananciais e do solo por parte de agrotóxicos usados na lavoura. Para o Mel da Pedreira, o maior risco seria o agrotóxico que matam as abelhas, no entanto, não há plantações de soja próximas os suficientes para ameaçar a produção local.

Embora hoje tenha outras igrejas evangélicas na comunidade, a igreja presbiteriana se constitui ponto referencial da comunidade, recebendo em seu espaço anexo ao salão de culto reuniões e ações sociais. Como na igreja também congregam moradores de comunidades próximas, as atividades ali realizadas não se restringem aos moradores do Mel, alcançando também, parte da população ao redor.

A igreja presbiteriana foi por um bom tempo a única instituição externa presente na comunidade, e podemos observar sua importância no fato de algumas lideranças da igreja também estarem a frente de projetos que envolvem toda a comunidade. Assim, a igreja atua como espaço importante para formação cidadã, pois além de estudos bíblicos, assuntos de interesse comunitário também são ali abordados.

O serviço de internet é via rádio, ou seja, não possui a mesma qualidade e estabilidade ofertada pelos cabos de fibra ótica, mas que tem serviço à demanda local.

O acesso a políticas de desenvolvimento implantadas no quilombo pela associação de moradores através de parcerias diversas acarretou na possibilidade de retorno daquelas que haviam saído em busca de trabalho, mas também a fixação daqueles que optaram ficar visto haver hoje melhores condições para permanência.

Hoje, devido à organização e à proximidade com a capital, Mel já é procurada para estabelecer parcerias e projetos, sendo frequente a visita de órgãos governamentais e de acadêmicos ao lugar. Contudo, esta situação só foi possível pelos esforços da Associação de Moradores em conhecer seus direitos e lutar para que fossem atendidos.

# SUGESTÃO DE AULA

5

**Material:** computador; Datashow, caixa de som.

**Duração:** 100 Minutos.

**Objetivo:** Comparar o que a Constituição Federal estabelece como direito fundamentais e direito quilombola com o a situação atual dos quilombos no Brasil.

**Código BNCC:** EM13CHS601

**Atenção:** Esta aula poderá ser realizada em parceria com os professores de geografia e/ou de sociologia, ou ainda, na Trilha de Aprofundamento da Ciências Humanas e Sociais, em escolas que já tenham implantado o ensino de Tempo Integral.

**Introdução:** (50 min.)

Exibir vídeo “Quilombolas da Amazônia”, disponível no YouTube pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=ODI9YjUY-tIs>

- Exibir vídeo “As Dificuldades Quilombolas”, disponível no YouTube pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=gDXPK-49-FAM>

- Indagar da turma sobre o que eles pensam sobre os quilombos do Amapá e como seria a situação deles. Se haveria conflitos, se os direitos são garantidos, etc.

**Desenvolvimento:** (20 min.)

Com auxílio de slides, apresentar para a turma sobre o Artigo 5º da Constituição de Federal e o Artigo 68º do ADCT.

Debater com a turma se os direitos assegurados pela Constituição vêm sendo assegurado pelo Estado.

Apresentar o caso amapaense, que apesar de ter mais de 40 comunidades quilombolas registradas, apenas três tiveram suas terras devidamente demarcadas e titulada.

### **Conclusão: (50 min.)**

Utilizar matérias de jornalísticas mostrando a paralisação na demarcação de terras quilombolas nos últimos quatro anos.

Em slide mostrar um recorte de manchetes para dar ciência da repercussão que o problema da falta de demarcação encontra.

Imprimir três ou quatro matérias cuja manchetes se usou no slide e distribuir entre os alunos organizados em grupos.

Pedir para que o grupo desenvolva, em conjunto, uma matéria jornalística sobre o cumprimento dos direitos quilombolas no Amapá. Para isso, os alunos poderão fazer uso dos celulares para pesquisa e edição de texto.

Os melhores textos podem ser publicados nas redes sociais da escola. Abaixo segue sugestões de manchete com seus respectivos links:



Figura 4 Disponível em: <https://sindpfa.org.br/noticia/nota-sobre-processos-de-demarcacao-de-territorios-quilombolas/>



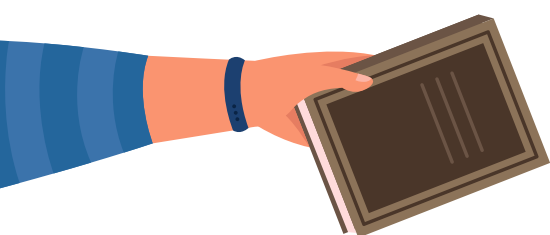
Figura 5 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-05/menos-de-7-das-areas-quilombolas-no-brasil-foam-tituladas>



## Comunidades quilombolas defendem agilidade na regularização de terras

Da Agência Senado | 10/08/2022, 14h49

Figura 6 Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/08/10/comunidades-quilombolas-defendem-agilidade-na-regularizacao-de-terras>



### Leituras indicadas:

CAMPOS, Roberto Júnior de Almeida. **Modo de vida e territorialidade quilombola da comunidade Ressaca da Pedreira – Amapá**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2018.

SILVA, Gutemberg de Vilhena; SUPERTI, Eliane. Comunidades quilombolas na Amazônia: construção histórico-geográfica, características socioeconômicas e patrimônio cultural no Estado do Amapá. **Confins**: Revista Franco-Brasileira de Geografia. N.23. 2015.

# NHA DO TEMPO MEL DA PEDREIRA





# MAPA





# GLOSSÁRIO

---

## A

AfroIndigenismo: cultura híbrida surgida do encontro entre negros e indígenas. O termo foi cunhado para dar visibilidade a origem étnica das populações amazônicas como: ribeirinhos, cabocos, etc.

## B

Batuque: Manifestação cultural das comunidades negras do Amapá, estando presente em festejos religiosos, tem no geral um canto mais alegre.

## C

Campesinato Negro: comunidade rurais negras que preservam sua ancestralidade e com histórico de resistência.

## G

Gengibirra: Bebida alcoólica feita à base de gengibre, água, açúcar e cachaça, sendo feita geralmente de forma caseira, sendo servida nas festas de Marabaixo.

## M

Marabaixo: manifestação cultural das comunidades negras do Amapá, que se dança com os pés arrastados e com canções de lamentos. É praticado em honra aos santos e regado de gengibirra.

## P

Presbiterianismo: denominação protestante de origem escocesa. Fundado por John Knox que foi aluno do reformador João Calvino, a igreja tem esse nome por ser governada com base nos presbíteros.

## R

Ressaca: Áreas alagáveis comum na região Macapá. Essas áreas drenam as águas da chuva e possuem uma rica biodiversidade, além de exercer influência sobre o clima local, principalmente nas épocas mais quente.

## S

Santa Ceia: como os evangélicos denominam a partilha do pão e vinho, sendo um dos dois sacramentos que os protestantes praticam.

## Z

Zagaia: espécie e lança, ou vara, de madeira usada para a pesca perfurando o peixe.

## BIBLIOGRAFIA

---

- ARAÚJO, Marcos José Martins. **O Batuque e o Marabaixo Protestante**: Panorama musical do quilombo do Mel da Pedreira. Dissertação de Mestrado. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016.
- BEZERRA, Moisés; CÚSTODIO, Elivado; VIEIRA, Piedade. “Se eu não fizer o bem, o mal não faço!”: o sagrado afroindígena vivenciado pelas benzedei-ras do quilombo do Cria-ú no Estado do Amapá. In: **Rever**. Vol. 20, nº 2. São Paulo, 2020.
- BITTERCOURT, Circe. **Ensino de História**: Fundamentos e métodos. 5 ed. São Paulo. Editora Cortez. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação; Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília, 2009.
- CAMPOS, Roberto Júnior de Almeida. **Modo de vida e territorialidade quilombola da comunidade Ressaca da Pedreira – Amapá**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2018.
- CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO, A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, A XENOFOBIA E FORMAS CORRELATAS DE INTOLERÂNCIA. **Declaração e Plano de Ação**. Durban, 2001.
- CUSTODIO, Elivaldo Serrão. **Comunidade quilombola Mel da Pedreira no Amapá**: religiosidade como eixo de identidade religiosa. Tese de doutorado. Faculdade EST. São Leopoldo, 2017.
- GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. Claroenigma, 2015.

GOMES, Flávio dos Santos. SCHARCZ, Lilia Moritz (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo. Companhia das Letras, 2018.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro. DP&A Editora, 2006.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. São Paulo. Paz e Terra, 2016.

IPHAN. Ministério da Cultura. **Dossiê de Registro Marabaixo**. Brasília, 2018.

NASCIMENTO. Bruno Rafael Machado. “Ouzarão vir furtar descaradamente, e buscar novos companheiros, quando ouzavão até por fogo nas às Cazas”: escravizados em fuga na vila de São José de Macapá. In: **Revista de História UEG**. Morrinhos, v.9, n.2, e-922024, jul./dez. 2020.

MACIEL, Kerllyo Barbosa; PEREIRA, Marcos Paulo Torres; REIS, Marcos Vinicius Freitas. Ladrões de Marabaixo em Macapá: Identidade cultural, poder, história, memória e religiosidade na Amazônia amapaense. In: **Revista Caminhos**. Vol. 19. Goiânia, 2021.

MATOS, Alderi Souza. Inícios do presbiterianismo no Pará e no Amapá. **Brasil Presbiteriano**, São Paulo, nº 652, Ano 50, Pag. 20, fevereiro de 2009.

MAUES, Raymundo Heraldo. Catolicismo e xamanismo comparação entre a cura no Movimento Carismático e na pajelança rural amazônica. In: **Ilha Revista de Antropologia**. Vol.4, nº 2. Santa Catarina, 2002.

OLIVEIRA, Marco Davi. **A religião mais negra do Brasil: Por que os negros fazem opção pelo pentecostalismo?** Minas Gerais, Editora Ultimato, 2015.

PACHECO, Agenor Sarraf. **En el corazón de la Amazonia: Identidades, saberes e religiosidade no regime das águas**. Tese (Doutorado em História Social). PUC-São Paulo. São Paulo, 2009.

Os Estudos culturais em outras Margens. In: **Fenix: revista de história e estudos culturais**. Vol.9, Ano IX, nº 03, 2012.

SANTIAGO, Abionan; ROCHA, Paula Melani. O começo da radiojornalismo na Amazônia: o mapeamento das primeiras iniciativas nos estados da região norte. Em: **Revista Latino-Americano de Jornalismo**. Vol.7. N.1. João Pessoa, 2020.

SILVA, Alberto Costa e. **A África e os africanos na História e nos mitos**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2021.

SILVA, Gutemberg de Vilhena; SUPERTI, Eliane. Comunidades quilombolas na Amazônia: construção histórico-geográfica, características socio-econômicas e patrimônio cultural no Estado do Amapá. **Confin**s: Revista Franco-Brasileira de Geografia. N.23. 2015.

SOARES, Liliane Rodrigues. O quilombo Mel da Pedreira – Macapá/AP: territorialidade e dinâmica sócio espacial. Em: **Planeta Amazônia**: Revista internacional de direito ambiental e políticas públicas. N. 6. Macapá, 2014.

SOUZA, Ana Kelly Vasconcelos Franklin. **Mel da Pedreira**: um quilombo protestante na Amazônia. Dissertação de mestrado. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

SOUZA, Laura de Mello (org.). **História da Vida Privada no Brasil**. Vol.1. São Paulo, 2018